

BRASIL MULHER

Ano 1

1976

nº 4

Os nossos estão sem terra

Nossos
professores
estão
sem
escolas
(pag 3)

Nascer ou não nascer?
(pag 6)



PREÇO DO
EXEMPLAR
5,00

Mulheres portuguesas | Mulher brasileira
estão fazendo a Reforma Agrária | quer o seu lugar
(pag 10 e 11) | (pag 13).

Chico Rezende

Conselho Editorial

Joana Lopes
Lais Oreb
Lila Figueiredo
Marina D'Andrea
Rosana de Lourdes Silva
Rose Mary Souza Serra
Therezinha Godoy Zerbine

Diretora Responsável

Lais Oreb

Editora

Joana Lopes

Equipe de Redação

Branca Ferrari
Elizabeth Lorenzotti
Giulia Di Vizia
Maria Helena Passos
Marina D'Andrea
Setsuko Hanazaki
Silvanete Silva
Tânia Mendes
Vissiliki Constantinidon

Colaboradores

Ana Maria Gonçalves dos Santos
Amelinha Silva Teles
Beatriz do Valle Bargieri
Carmela Di Vizia
Diva Maria B. Romão
Maria Isabel C. Bordas
Maria Lisomar-Silva
Mirtes Leal Boucinhas
Sonia Vanicê Rahal
Joel Guimarães dos Santos

Pesquisa

Rosane de Lourdes Silva

Ilustração

Lila Figueiredo

Fotografia

Chico Rezende

Arte

Ana Farto

Paris - correspondente Linda Bulik

Esta publicação é de propriedade da Sociedade Brasil Mulher. Sede e Redação - Av. Inglaterra 655 - Caixa Postal 1379, Londrina, Paraná. Sucursal em São Paulo - Rua Oscar Freire 1607 - Caixa Postal 13.897. Tiragem 5.000 exemplares.

A reprodução das matérias contidas em Brasil Mulher será permitida mediante autorização prévia do Conselho Editorial.

Serviços de Arte, composição e impressão Editora Tibaigi Ltda. Av. Tiradentes 1280 - Fone: 23-1230 - Londrina - Paraná.

BRASIL MULHER

A disputa pela posse da terra não é um fato recente no Brasil. Está relacionada à permanência de uma estrutura agrária arcaica que nada resolve, ao contrário, determina um agravamento de tensões em consequência da maior concentração da propriedade fundiária. Dados do recadastramento do Incra, de 1972, mostram a presente situação do campo brasileiro: 2,4 milhões de pequenas propriedades - os minifúndios - ocupam uma área de 46 milhões de hectares de terra; 950 mil latifúndios e empresas rurais - grandes propriedades - ocupam mais de 320 milhões de hectares de terra; os latifúndios ocupam 289 milhões de hectares, metade aproveitável ou seja, terra boa para qualquer tipo de cultura, explorada apenas em parte sendo deixados 65 milhões sem nenhum uso.

Neste quadro aparece um dado recente: a penetração de empresas capitalistas na Amazônia (muitas de capital multinacional) sem que isto represente novas formas para as relações de trabalho, enquanto processos mais avançados do próprio sistema capitalista. Estas empresas então adotando as relações de trabalho mais caducas existentes na região, como o secularmente conhecido Vale do Barão (sistema que obriga o trabalhador adquirir os alimentos e instrumentos de trabalho nos armazéns da empresa, a preços fixados por ela, levando-o a endividar-se progressivamente, obrigando-o a ficar preso à fazenda-empresa enquanto não saldar as dívidas, o que raramente acontece. Por outro lado, elas criam latifúndios dedicados à pecuária, onde não há necessidade de um significativo número de trabalhadores.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso afirma, em relatório recente, que a concentração da propriedade já verificada na Amazônia, além de impedir o desenvolvimento acelerado da produção agrícola, está levando à substituição

do homem pelo boi: "A transformação de áreas agrícolas em pastagens estão liberando e desalojando grande número de arrendatários, assalariados e parcela considerável de pequenos proprietários que vendem seus lotes pela pressão de pecuaristas pensando em encontrar situação melhor em novas frentes de trabalho. Tudo isso contribui para o agravamento da situação no campo e, consequentemente, para a intensificação dos conflitos de terra. Em outro documento, desta vez da CNBB, o Incra é debatido e criticado, reclamando a igreja uma radical Reforma Agrária como única forma de solucionar os enfrentamentos a cada dia mais graves.

A Igreja Brasileira, através da Confederação de seus Bispos diz, representando uma larga parcela da opinião pública, que "não passa de esforço ridículo querer resolver problemas isolados, quando a política agrária favorece a implantação de grandes propriedades, nacionais e estrangeiras". O depoimento de José Gomes da Silva, presidente da ABRA perante a CPI sobre o Proterra, confirma as preocupações e as conclusões da CNBB, ao declarar que "em 11 anos de vigência do Estatuto da Terra não foi possível assentar ainda 10 mil famílias em novas áreas de terra própria, provenientes de redistribuição" quando, de acordo com a FAO, o Brasil precisa instalar durante 10 anos entre 300 a 400 mil famílias por ano. Portanto, o problema da terra não pertence unicamente ao homem do campo, às preocupações intelectuais dos especialistas e à clarividência religiosa. O problema da terra pertence a todos os que, dia a dia, alimentam-se com os frutos da terra.

Nas páginas 8 e 9, BM transmite informações sobre os acontecimentos que envolvem a posse de terra no Brasil e nas páginas 10 e 11 sobre os homens e mulheres do campo em Portugal.

Para suas assinaturas e opiniões o Brasil Mulher dispõe de duas caixas postais:

Sede Londrina - nº 1379

Sucursal São Paulo - nº 13.897

Qualquer observação que você queira fazer sobre assinaturas escreva à sucursal de São Paulo.



Brasil Mulher atinge o quinto número (contando com o zero).

Brasil Mulher está sendo feito com o dinheiro de sua venda

Com a força de trabalho de homens e mulheres voltados

Para a realidade brasileira e em busca de sua transformação.

Participe do próximo número, se você ainda não deu o que tem.

Leia, Divulgue a Imprensa Democrática



“De 1934 a 1969, a USP manteve inteira liberdade de expressão de idéias e pensamentos. As diversas correntes podiam se encontrar num nível elevado. Nesse ano, houve a explosão dos estudantes e a cassação dos professores. Infelizmente, a partir daí, a universidade perdeu muito, e hoje é uma **instituição apática**. Criou-se uma atmosfera em que não é permitida nenhuma contestação. E não pode haver espírito universitário, onde não há completa liberdade de expressão....”

Simon Matias, professor de História da Ciência da USP.

A SBPC PEDE A VOLTA DOS NOSSOS PROFESSORES

Mais de 3000 pessoas aplaudiram, de pé, na 28ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada recentemente em Brasília, a moção que propôs a reintegração, nas universidades, dos professores afastados com base no AI-5. A proposta, formulada pela Associação Nacional dos Cientistas Sociais, reivindicada, também, a eliminação da triagem policial realizada nas universidades, muitas vezes abertamente, através de atestados ideológicos: a anulação do Decreto-Lei nº 477, no que diz respeito às punições de alunos, professores, e funcionários das universidades; e a anistia para todos os que por ele foram atingidos.

A moção, apresentada pelo professor Carlos Guilherme Mota, da USP, foi aclamada entusiasticamente e aprovada por unanimidade pelos participantes da assembleia que a ampliaram, reclamando também uma anistia geral em favor de todos os presos políticos e cassados. A assembleia aplaudiu o Movimento Feminino pela Anistia, que solicitou à SBPC adesão à luta pela anistia geral “para a unificação do país” e pelas liberdades democráticas, afirmando “não conceber a condução de uma economia dissociada do aspecto social”, salientando que “só um processo democrático poderia evitar a degringolada que vem aí pela frente”.

Onde estão nossos professores?

A maioria dos professores foi atingida pelo AI-5 (13-12168), cujos nomes foram constando de listões sucessivos, a exemplo do publicado em 25 de abril de 1969, em que figuravam, entre outros, nomes como o de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, etc. Segundo alguns professores, os incluídos nas listas muitas vezes nem tinham emprego em universidade - “há um erro técnico de direito, ao aposentar-se uma pessoa de uma função que ela não exercia, de um emprego que ela não tinha”. A precariedade das informações com base nas quais a Presidência tomou essas informações não faz sentido, acrescentaram. “É um absurdo dentro do absurdo os atos de exceção”. Em circunstâncias normais, prosseguem, a pessoa atingida impetraria um mandado de segurança e ganharia, certamente. Porém, como a medida foi tomada com base no AI-5, o qual não é possível de apreciação pelo poder Judiciário, nenhum remédio existe.

O professor aposentado não pode ser admitido em funções públicas, quaisquer que sejam. Por isso, alguns traba-

ham em pesquisa para empresas privadas, outros fundaram sua própria empresa de pesquisa, como é o caso do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), alguns foram para o exterior, ou abandonaram o ensino. A maioria está afastada. A reintegração desses professores? “Só poderia ser compreendida no contexto de uma anistia”.

Um mestre não se improvisa

Segundo o professor Carlos Guilherme Mota, a questão da reintegração dos professores aposentados surgiu, na SBPC, como tem surgido em outras oportunidades - a partir da época das aposentadorias compulsórias - na linha das antigas aspirações, não apenas universitárias. “Veja o consumo popular de livros e artigos de muitos de nossos principais cientistas sociais. São tiragens significativas, valendo como voto à autoridade dos mestres”.

Atualmente, porém, o problema tem se agravado - continua o professor Mota - pois estamos verificando a existência de uma crise na montagem dos cursos de pós-graduação, gerada pela falta de mestres qualificados, fato que há vários anos vem preocupando a SBPC. Um mestre não se improvisa nem em 4 nem em 10 anos. Para a coordenação de cursos de excelência, só mestres excelentes”.

Quando a comunidade acadêmica brasileira - relembra Carlos Motaviu alijados de seus quadros discípulos de Anísio Teixeira, Roger Batista, Fernando Azevedo, entendeu que estava sendo afastada a geração do “meio”, ou seja, aqueles como Florestan Fernandes, Costa Pinto e outros que constituíam um elo crítico no nosso processo cultural. A partir daí, verificamos que frequentemente recorremos a doutores estrangeiros, com muito menor qualificação, que possuindo títulos nos Estados Unidos, surgiram após as aposentadorias.

Enquanto isso, revela o professor Mota, muitos de nossos melhores mestres lecionam e fornecem seus trabalhos para universidades como a de Nova York, Yale, Sorbonne ou, até mesmo, fazendo estudos para órgãos governamentais no Brasil. A contradição, acrescenta, é que vivemos essa conjuntura crítica de falta de mestres no mesmo movimento em que o próprio governo federal está preocupado com os cursos de pós-graduação, dos quais exige alta qualidade. Em consequência, estamos sendo obrigados a importar **Brazilianists**, menos qualificados que, segundo opinião recente de Michel Debrun, fizeram muito menos pelos estudos da realidade nacional do que teriam consegui-

do os pesquisadores brasileiros, se não tivessem sido marginalizados.

Se Celso Furtado, Florestan Fernandes e outros têm seus livros como objeto até de congressos em universidades americanas, por que não pensar agora que o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil? Afinal, não estamos em busca de um modelo brasileiro? Então, nada melhor que brasileiros capacitados para fazê-los”.

Atestados ideológicos

Uma das reivindicações aprovadas pela assembleia da SBPC é a supressão do atestado ideológico. **Brasil Mulher** ouviu o deputado federal Airton Soares (MDB), autor de projeto de lei regulamentado os mecanismos dessa exigência:

“No Brasil de hoje, o regime ainda se mantém e é o mesmo desde 64. Só que este, caracterizado pelo governo Geisel, se mostra ajustado às atuais circunstâncias, adotando medidas preventivas com relação à organização do povo, uma vez que as medidas repressivas já cumpriram seu papel. Esta política de repressão preventiva se apresenta sob as mais variadas formas. Uma delas, a mais ampla e abrangente, relacionada com o setor da documentação do cidadão, faz cumprir a exigência, pela maioria das escolas e universidades de atestados políticos e ideológicos fornecidos pelos organismos policiais. Ora, esta é uma exigência ilegal, uma discriminação que contraria a Constituição que, mesmo esta - uma Carta outorgada, fundamentada na qual, lamentavelmente fazemos as leis - garante igualdade de condições entre os cidadãos, sejam quais forem as diferenças de religião, pensamento, ou sexo.

Estamos, pois procurando - através da elaboração de uma lei - evitar os abusos e as arbitrariedades que são cometidas hoje, em função dessa discriminação. Pretendo, neste mês, ter o projeto pronto para apresentá-lo ao Congresso. Será feito de acordo com as normas constitucionais. Consequentemente não será o ideal para ir de encontro aos interesses populares, uma que a Constituição atual apresenta todas as premissas que suportam o regime de exceção - isso sem falar do AI-5. Apesar de tudo, acredito que uma regulamentação possa evitar os abusos que estamos verificando a toda hora. Se não podemos ter uma legislação ideal, procuremos ter, pelo menos, uma que evite as perseguições e os transtornos que atualmente se verificam”.

Os fatos estão aí



Os "superfuncionários"

"O ministro Arnaldo Prieto, que possui um batalhão de serviçais para sua casa, ao mesmo tempo que fixa uma minguada quantia de 768 cruzeiros mensais como remuneração para o trabalhador brasileiro, não tem condições de cuidar da política trabalhista nacional, porque está gastando na opulência o suor do operário brasileiro". Trecho do discurso do deputado Dalton Canabrava, do MDB, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, depois da denúncia do jornal O Estado de São Paulo sobre os superfuncionários.

O mesmo jornal informa que, em conversa com jornalistas em Brasília, o ministro da Justiça, Armando Falcão explicou seus gastos com a mordomia pouco mais de 12 mil cruzeiros por mês. "Naturalmente - segundo o Estado - não estão aí computadas as despesas de avião, (ele vai religiosamente ao Rio todos os fins de semana) nem ele tocou no assunto." Sobre a denúncia de filmes censurados, projetados nos ministérios, o ministro afirmou: "Em Brasília filmes são projetados sem censura não apenas para o pessoal encarregado dessa tarefa", mas imediatamente acrescentou: "Nunca fui a nenhuma dessas sessões particulares". Em seguida lembrou-se de uma exceção: "No governo Costa e Silva assisti a um filme não censurado e, ao final, o presidente quis saber a opinião dos presentes, todos convidados de alto gabarito". (O Estado de São Paulo).

Bebê deverdor.

Depois de considerar a Arena um partido inviável, o deputado Paes de Andrade (MDB-CE) disse que ao votar, todos se lembrarão da dívida per capita de 230 dólares do país. "Isto quer dizer que cada brasileiro, ao nascer, já deverá Cr\$ 2 mil e 50 ao exterior. Não demorará o dia em que a dívida per capita ultrapassará a renda per capita." (Jornal do Brasil).

Você, Valmiro

Por alugar quartos de sua casa, em Ribeirão Preto, para encontros de casais, Valmiro Pinto Junior, de 82 anos sem emprego, sem renda, poderia ter sido condenado a cinco anos de prisão. Mas o juiz José de Almeida Prado declarou o réu absolvido, alegando: "Por que, Valmiro, você deveria ser condenado a essa pena? Por que você aos 82 anos de idade não é ninguém, não tem casa própria nem qualquer renda, nem sequer recebe pensão, nem filhos e netos ao seu redor tem? Ratifico, tem, sim, uma moça que vive em sua companhia retardada mental. Você, Valmiro, teve o descaramento de alugar quartos para encontro de casais só porque não tem mais condições de trabalhar e não pode fazer mais nada."

"Valmiro, se a vida não lhe tivesse sido madastra; se você, ao chegar nessa idade, fosse rico, você não estaria sendo processado por alugar quartos; poderia sim, estar sendo processado por corrupção de menores ou por ajudar alguma mocinha a abortar. Valmiro, você é um sujeito altamente perigoso para a sociedade. Você pratica jogo-de-bicho, ao invés de aplicar na Bolsa de Valores ou apostar em corridas de cavalos; você aluga quartos para casais ao invés de arrendar fazenda, vender gado, investir em ações, etc. Você é tão perigoso, que a Polícia foi à sua casa e o apanhou alugando quartos para encontros de casais. Valmiro, a sociedade o quer na cadeia, porque você é perigosíssimo; porque você não venceu na vida; você é pobre e fracassado" (JT).

"In Memoriam"

Já existe no Brasil a "Associação de Estudos Plínio Salgado", que será a semente da futura "Fundação Plínio Salgado". A notícia foi comunicada ao jornal "Nossa Folha", de Tietê, na edição de 31.7.76, através de uma carta de dona Carmela Salgado, viúva do chefe do extinto Partido Integralista no Brasil. "Várias reuniões, com a elaboração de atas, foram realizadas em São Paulo, Brasília e Rio, informa o jornal. "Em decorrência desses fatos, e desses contatos, encontra-se em fase final de preparação, os estatutos da A.E.P.S., através do qual é proposto o prosseguimento do papel histórico que o Integralismo vêm desempenhando no Brasil há cerca de 50 anos e que, com o desaparecimento de seu criador e líder (há cerca de sete meses), mais do que nunca deve mostrar uma coesão interna capaz de levar avante suas idéias, jamais ultrapassadas e sempre presentes."

O Partido Integralista, fundado por Plínio Salgado em outubro de 1932 era, segundo Edgar Carone (A Segunda República - 1930-37) "constituído de três correntes fundamentais e representativas das ideologias européias da época: Nacionalismo, antiliberalismo e anti semitismo". Seus princípios - conforme documento da primeira reunião política do partido (3.1.1933) foram tirados do fascismo italiano.

O Poder das Forças Armadas

"As Forças Armadas decidem. Qualquer iniciativa de alteração da ordem política brasileira só poderá ser tomada pelos militares". A afirmação é do historiador Brazilianist, Thomas Skidmore, ao jornal O Estado de São Paulo. Autor do livro "Brasil de Getúlio a Castelo", o historiador norte-americano veio ao Brasil para lançar seu livro "Preto no Branco" e preparar um estudo a pedido da Fundação Ford. Durante a entrevista concedida ao "Estado", Skidmore falou sobre a História Poli-

tica Brasileira: "Este não é um governo inteiramente fechado. Registra-se um interesse crescente pela política e pelo passado nacional por parte de uma geração que sucedeu aos protagonistas dos acontecimentos de 1964. Mas, ao mesmo tempo, surgem também as primeiras cassações de parlamentares eleitos por esta nova geração".

Fato histórico

Depois de discorrer sobre o regime presidencialista em extensa entrevista concedida aos repórteres políticos do Rio, o senador Paulo Brossard finalizou afirmando: "Repito que as crises surgem. Evoluem, não encontram solução, terminam se gastando. Mas, de quando em quando surgem crises que ganham excepcional dimensão e envolvem o chefe de Estado. No regime presidencialista se transforma em crise institucional. E, às vezes, acaba em golpe. Isso não é imaginação criadora: é um fato histórico". (JT)

Reivindicação

O jornal "La Vanguardia", da Espanha, anunciou o nascimento da primeira revista feminista que se edita neste país. Na contracapa do primeiro número já é assinalado que a revista é editada para "cobrir o vazio dos meios informativos dedicados à mulher, para romper a alienação da costumeira proteção". O nome da revista é Reivindicación pretendendo ser, segundo sua diretora Carmem Alcalde, uma plataforma aberta a todas as mulheres, com exceção das fascistas.

Aparelho masculino

As mulheres italianas estão vivendo uma crise de identidade inclusive o problema do próprio papel que desempenha na sociedade de hoje. Os partidos políticos decidiram assim olhar com incomum consideração a componente feminina. Por isso, abriram as portas às mulheres italianas, uma vez que dos 41 milhões de eleitores, mais de 50 por cento são mulheres. Depois de quase 30 anos, os partidos políticos reabriram suas listas eleitorais a um número consistente de candidatas.

Nas primeiras eleições livres na Itália depois da Guerra foram numerosas as candidatas, entrando diversas mulheres na Câmara dos Deputados. A partir da segunda legislatura republicana as mulheres foram praticamente postas de novo à porta, salvo muito raras exceções. Ao mesmo tempo as mulheres não foram admitidas no vértice das organizações do Partido e desenvolveu-se a tendência a mantê-las sempre afastadas dos cargos importantes. Nada de mulheres nos níveis de responsabilidade, à testa das federações provinciais e das organizações urbanas, nas direções dos jornais do Partido. Seu papel também no plano político, devia ser sempre subalterno com relação ao do homem. A masculinização do aparelho político era completa. Agora, as mulheres parecem querer contestar a preponderância masculina na gestão do poder. A jornalista feminista, Donata Francescato, diz "Estamos cansadas de ficar de lado. Queremos também estar presentes em todos os níveis também no Parlamento, e não apenas como presença simbólica". (JT)



Maridos Solicitados

Em cada quatro colombianos, pelo menos um costuma surrar sua mulher. Este é o resultado de uma pesquisa realizada pela revista Cromos. Das mil mulheres entrevistadas - de todas as camadas sociais e de diferentes regiões - 350 declararam que já foram vítimas de agressão física por parte de seus maridos. Segundo a revista, o principal motivo é o econômico, representando 30 por cento. A falta de dinheiro e a constante tensão provocada acabam gerando as seguidas surras. Ganhando pouco e trabalhando muito, o homem ao retornar a sua casa agride a sua mulher, mesmo que ela não lhe dê motivos. A revista assinala ainda que o desemprego ocupa o segundo lugar com 25 por cento, seguido pelo alcoolismo e as drogas com 15 por cento.

África do Sul: paraíso da demência

Os rodesianos e sul africanos que acreditam que o uso da força e de medidas repressivas contra os negros resolverão os problemas raciais dos governos de minoria branca no Sul da África estão vivendo num "paraíso de loucos", diz o New York Times em sua edição do dia 12 de agosto. A raiz do problema - declara em seu editorial - é a política degradante da separação racial e da repressão seguida pelos governos de Salisbury e Pretória. O fracasso contínuo na resolução dos problemas raciais no Sul da África "convida à intervenção estrangeira e ameaça a paz mundial, adverte o New York Times. O editorial comenta que para se evitar uma tragédia racial, "a minoria branca deve ser persuadida a mudar as regras enquanto ainda é tempo".

O editorial condena um ataque rodesiano realizado no final da semana anterior contra um acampamento de guerrilheiros negros na vizinha Moçambique, que causou a morte de mais de 300 pessoas.

"Mesmo que o ataque tenha tido o sucesso que os rodesianos proclamaram" - diz o jornal - "não demorará muito para que uma luta armada derube um governo minoritário ilegal num país onde o número de negros supera o de brancos na proporção de 24 para 1".

Rir, mas pensar

Ovelha Negra, o novo jornal de humor da imprensa alternativa, tem uma ótima apresentação em seu número dois com ilustração de Chico Caruso na capa.

É o jornal dos cartunistas editado em São Paulo por Chico Caruso, Souza Freitas, Geandré, Algy, Luiz Gê e Angeli, com tiragem de 15 mil exemplares.

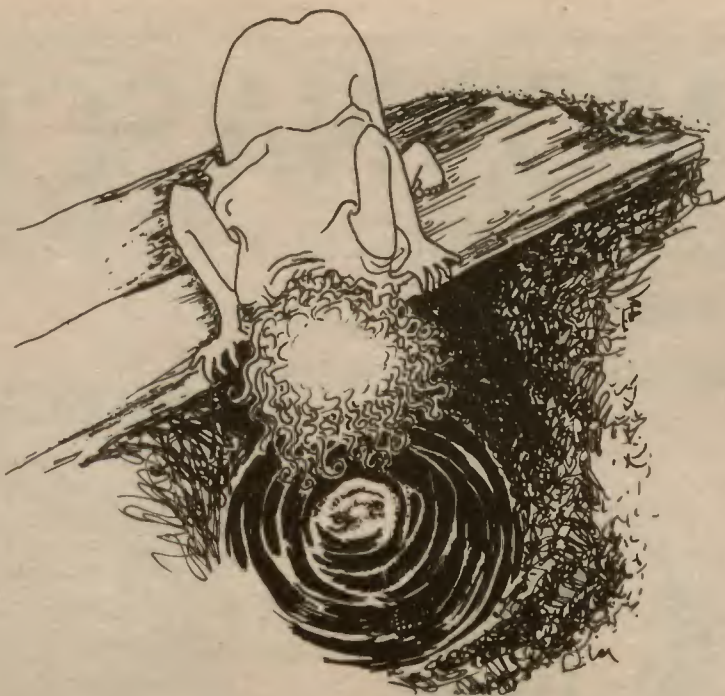
Ovelha Negra afirma ser o bicentenário da terra de Marlboro, esclarecendo que com essa jogada se iguala aos maiores jornais do mundo e diz que isso não tá nada mal pra um número dois duma revista do mundo número três, bem retratada na página quatro, quando os artistas se debruçam perplexos sobre o alto custo de nossa vida.

Para você receber o jornal em sua casa basta enviar nome, endereço, cidade e estado, não esquecendo do CEP e mais Cr\$ 65,00 para a Rua Conselheiro Brotero, 740 - ap. 123 - São Paulo.

Bêbados e Capitalistas

"O homem como indivíduo e em sociedade, é a única razão do desenvolvimento. Por isso é inadmissível que em nome do desenvolvimento, os direitos humanos sejam desrespeitados". Este pensamento fez parte da aula "Democracia, Tecocracia e Direitos Humanos que o ex-chefe da Casa Civil do governo Paulo Egydio Martins, Luis Arrobas Martins, deu a universitários. Arrobas teve como ponto principal em toda a sua aula, o problema dos direitos humanos:

- Mesmo os seres humanos mais miseráveis - os bêbados, os mendigos que esmolam às portas da igreja - têm como pessoa humana a



Desenvolvimento Marginal

"O problema todo é consequência das injustiças sociais que são bem acentuadas. A grande maioria daqui é realmente marginal, no sentido de que não tem acesso aos benefícios do desenvolvimento. Quase todo mundo aqui ganha apenas o salário mínimo e enfrenta os tradicionais problemas de falta d'água, de esgotos, de escolas, de transportes coletivos, de assistência médica, etc..." "A declaração é do

bispo de Nova Iguaçu (R.J.) Dom Adriano Hipólito, ao Jornal da Tarde, que se mostra preocupado com a repetição dos crimes de autoria desconhecida ou do esquadra da morte. Dom Adriano disse ainda que "muitas pessoas têm mais medo da Polícia do que dos bandidos, pois enquanto esses agem na ilegalidade, os policiais têm à sua disposição metralhadoras, carros com sirene e a certeza da impunidade".

mesma dignidade que o mais capitalista. Os direitos humanos não podem ser suspensos ainda que por intervalo muito curto" (J.T.)

Cada um com seu problema

Françoise Giroud, Secretária de Estado Para a Condição Feminina, reuniu, recentemente, na Fundação Maeght - Saint-Paul de Vince, França, uma comissão de mulheres universitárias, escritoras, pintoras, musicistas e compositoras para debater a criação feminina. Efetivamente, disse a secretária, "por força de problemas urgentes a resolver fomos obrigadas até agora, a discutir apenas sobre creches, salários aposentadorias, pensões etc, e como consequência destes debates, acaba-se por pensar que as mulheres francesas são absolutamente prosaicas. Então, o melhor da vanguarda feminina francesa passou um fim de semana a debater o que fez a mulher na história da humanidade, das artes às ciências e política.

João Bosco e os bóias-frias

Surge um dos melhores discos do ano: Galos de Briga com João Bosco. As composições são do João, as letras do Aldir Blanc. Cada faixa confirma a excelência da música antiga do moço mineiro. No final o João toca o "Rancho da Goiabada" que homenageia os bóias-frias a maior, entre as vergonhas brasileira.

Sindicato interessado

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, além de lutar pelas reivindicações da categoria - como a campanha desenvolvida junto às empresas pela antecipação salarial - vem procurando ampliar suas atividades no setor cultural.

Objetivando dar maior divulgação às obras já publicadas de jornalistas profissionais de todo o Estado, o sindicato promoverá de 10 de setembro a 11 de outubro, em sua sede na rua Rego Freitas, 530 sobreloja, a Feira do Jornalista Escritor, em colaboração com a União Brasileira dos Escritores e Câmara Brasileira do Livro.

Na ocasião serão realizadas três exposições: uma com as obras de jornalistas escritores falecidos, outras de obras esgotadas de autores em atividade e uma terceira exposição e vendas de obras em circulação. Estão previstas também noites de autógrafos, seguidas de conferências, debates, mesas redondas sobre contos, ensaios e críticas, poesias, crônicas, teatro, cinema, rádio, televisão, literatura infanto-juvenil, livros didáticos e romance.

Segundo o reitor, estudantes não sabem escrever

A preocupação do governo em relação à universidade brasileira se reflete nos pronunciamentos das autoridades governamentais. O presidente da Câmara, deputado Célio Borja, previu a substituição das Forças Armadas, em seu papel institucional, pela universidade. Diante disso, ele reconhece a necessidade da redefinição do papel da Universidade. Por sua vez, o senador Jarbas Passarinho revelou que o Decreto-Lei 477 não surgiu por um desejo de vingança, ou para acobertar intenções neo-fascistas de um governo que havia editado o Ato Institucional número 5. O decreto 477 representou, segundo Passarinho, uma reação à ação conquistadora do Partido Comunista, que é realmente capaz de conquistar exatamente na faixa etária das populações mais vol-

tadas para o romantismo e para a capacidade de ser doadora: "os jovens".

Por outro lado, o reitor da Universidade de Brasília puniu 19 estudantes, sendo sete expulsos e 12 suspensos, alegando irregularidades na campanha para eleição do Diretório Universitário. Os estudantes afirmaram que o inquérito promovido pela reitoria foi justificado pela suspeita de financiamentos externos para a campanha eleitoral e pela participação na propaganda estudantil de elementos estranhos à Universidade: o reitor disse ser evidente a participação de pessoas de fora da Universidade na elaboração, por exemplo, dos documentos de propaganda, pois, segundo ele, os estudantes não sabem escrever e os documentos estavam muito bem redigidos. (JT).

Espanha anistiada

Os primeiros oito presos políticos espanhóis beneficiados pelo decreto de anistia do rei Juan Carlo deixaram a prisão de Carabanchel, sendo recebidos por centenas de pessoas. O total de libertados ainda não é considerado certo. Alguns calculam entre 500 e 600 presos. Cada caso será analisado por juizes presidentes de tribunais que vão interpretar o decreto real, onde só não tem direito a liberdade as pessoas acusadas de crimes de lesões corporais. (JT)

Proteção ao capital

O BC - Boletim Central -, dirigido aos empresários, apresenta na sua edição dos dias 16 e 17 de julho "algumas medidas de proteção a instalações industriais e edifícios de escritórios, além de transmitir conselhos de bom-senso aos executivos os quais, seguidos, diminuem bastante o índice de raptos, exigências de resgate e outras atividades terroristas". O autor do artigo é o doutor Kenneth H. Jacobson, do Strategic Studies Center, órgão pertencente ao Stanford Research Institute. Entre as medidas de proteção destacam-se: manter uma imagem pouco saliente da empresa, especialmente em áreas que envolvem alto grau de risco. Por exemplo, propriedades da companhia, tais como aviões e automóveis, não deveriam ter marcas, principalmente aquelas muito coloridas. Os executivos de subsidiárias estrangeiras também devem evitar coberturas pela imprensa relacionada com as atividades da companhia e tomar cuidados especiais evitando ser fotografados. Os empregados das companhias devem evitar fornecer a indicação para que empresa trabalham e o cargo que ocupam quando se registram em hotéis situados em áreas de atividade terrorista conhecida. Carros de luxo não devem ser usados, principalmente nos países onde a defasagem entre os que têm e os que não têm recursos é grande. O executivo mais graduado deve manter contato íntimo com a embaixada de seu país como parte de um plano de emergência. Se a empresa for americana, um relacionamento estreito entre esta e as missões militares e oficiais de defesa servindo no país pode ser altamente convenientes.

Melato vive sozinha no paraíso

Mariangela Melato é uma atriz pouco comentada no Brasil, talvez porque seus filmes não chegam a fazer uma carreira normal pelas telas brasileiras: Mimi, o Metalurgico, dirigido por Wertmuller, teve sua exibição suspensa nos cinemas de Rio e São Paulo e até agora não foi revisto pela censura; A Classe Operária vai ao Paraíso considerando um dos mais importantes na filmografia de Elio Petri, foi tirado de cartaz; seu último filme não chegou ao Brasil e é também dirigido por Wertmuller: Amor e Anarquia.

Ouvida por revistas europeias sobre sua participação em filmes políticos a artista comentou:

"Não sou uma atriz política, sequer quero saber de movimentos feministas. Acho fundamental que os filmes mostrem a realidade, e é só. Quanto a Women's Lib, creio que para mim não seja importante, porque sou uma mulher independente. Tenho a liberdade que meu trabalho assegura, mas há muitas mulheres que não são livres. Não acho que seja um problema político ou feminista, mas acima de tudo é um problema de cultura e de educação".

CONTINUAMOS NASCENDO

“Incapaz de multiplicar os
pães, o sistema faz o possível
para eliminar os comensais”

Ao ser divulgado este ano, que o Ministério da Saúde estaria iniciando um estudo sobre Planejamento Familiar (tema “tabu” durante algum tempo no Brasil, por implicar na delicada questão de Controle da Natalidade), ficou aberta, mais uma vez, a discussão. Os jornais passaram a se ocupar mais demoradamente do assunto a partir de março, e em maio a Secretaria de Saúde de São Paulo anunciava a fase de conclusão de um amplo programa de assistência materno-infantil. O fato não chamaria a atenção, se o programa não incluísse também, medidas de Planejamento Familiar. Apressou-se o Secretário Walter Leser, a explicar: “Precisamos evitar qualquer confusão entre Planejamento Familiar e Controle da Natalidade. Não fizemos nenhum acordo com a Benfam”. (Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar, nascida em 1965, e famosa por seu envolvimento em denúncias sobre distribuição gratuita de pílulas, e esterilização em massa de mulheres na Amazônia, Goiás e Nordeste).

Há dois meses, a TV Cultura apresentou um debate sobre “Planejamento Familiar”, em que um dos convidados, Padre Luis Viegas, representante da Cúria Metropolitana, afirmou que novamente o problema da explosão demográfica estava sendo discutido de modo inverso: “não se trata de reduzir a população, mas de promover a repartição igualitária dos bens produzidos pela sociedade”. Estava reafirmada a posição da Igreja Católica, que sistematicamente tem se manifestado contra qualquer medida que possa implicitamente conter objetivos de controle da natalidade. Em 1966, menos de um ano depois de a Benfam ter iniciado sua atuação, o vigário de Jaboatão (PE), uma região canavieira, denunciava a esterilização de mulheres de sua paróquia, feita pela Benfam, com a colaboração de um casal norte-americano. Sintomaticamente, Jaboatão é uma área onde há grande densidade populacional e infâmia estrutura econômica. O caso chegou aos jornais e misteriosamente o casal de norte-americanos voltou aos Estados Unidos.

Em Goiás, o professor Samir Helou denunciava missionários americanos que atuavam nos Clubes de Mães, para propagar métodos de controle da natalidade. Frei Gil Rovaro, da cidade de Estrela (GO), denuncia pastores protestantes empenhados numa campanha de controle da natalidade em povoados ao longo da estrada Belém-Brasília, e o Ministério da Saúde, investigando o caso, comprovou sua veracidade. O arcebispo goiano, dom Fernando Gomes, ao condenar o uso de dispositivos intrauterinos denunciou a ação de norte-americanos em Goiás e no Nordeste, pronunciou-se contra uma política nacional de limitação da família, afirmando que o governo deve executar uma política agrária “capaz de melhorar a vida no campo, alfabetizando, educando, conscientizando e dando dignidade ao homem”.

Em 1971 a AMEG (Associação Médica do Estado da Guanabara) denuncia a Benfam ao Ministério da Justiça, afirmando que o ensinamento e o incentivo ao uso de métodos anticoncepcionais em ambulatórios “é crime de genocídio”. A denúncia foi encaminhada ao Conselho Nacional de Medicina, que a recusou, censurou a AMEG, e taxou-a de “subversiva”. Subversivo deveria ser também o então Ministro da Fazenda, Delfim Neto, que também se manifestara contrário à prática de uma política de controle da natalidade, “uma coisa dispendiosa e de resultados discutíveis”, segundo o Ministro.

O Relatório Final do VIII Encontro Científico de Estudantes de Medicina, realizado este ano em Maceió, diz: “Os projetos de Controle da Natalidade como forma de solucionar os problemas de subdesenvolvimento não passam de artifícios dos grupos dominantes, nacionais e estrangeiros, pois servem para mascarar as causas reais da fome e da miséria de uma população marginalizada”. E no III Congresso Nacional de ex-alunas Salesianas, em Manaus, a socióloga Jaine Rita Lino afirmou que a densidade demográfica é “uma, e não a principal, causa da falta de alimentos no mundo”, e sugeriu que países em desenvolvimento aprimorem as técnicas no campo, mas nunca impedindo o aumento de mão-de-obra: “Se controlarmos a natalidade, como vamos ocupar o campo, hoje praticamente deserto pelo êxodo rural?”

Cérebro de pobre pensa menos

Denúncias sobre a presença norte-americana na questão do controle da natalidade em países da América Latina têm sido frequentes. O escritor uruguaio Eduardo Galeano cita uma frase do presidente do Banco Mundial e ex-presidente da Ford, Robert McNamara: “A explosão demográfica constitui o maior obstáculo ao progresso da América Latina”. McNamara anunciou que o Banco Mundial dará prioridade em seus empréstimos, aos países que tenham planos para o Controle da Natalidade, e comprovou, com lástima, que “os cérebros dos pobres pensam 25% a menos”. Enquanto isso, os técnicos do Banco Mundial (que já nasceram) produzem complicados tratados sobre as vantagens de não nascer. E um ex-presidente

americano, Lyndon Johnson, é autor de uma frase célebre: “Cinco dólares investidos contra o crescimento da população, são mais eficazes do que cem dólares investidos no crescimento econômico”. Enquanto o presidente do Conselho Populacional, John Rockfeller, completa: “Nenhum problema hoje é mais importante para o bem-estar da humanidade do que a limitação do crescimento populacional, que provoca o mal-estar social e a instabilidade política”.

Mas há exceções. O organismo norte-americano “Pão para o Mundo”, que tem por objetivo estudar a fome, critica os países “centrais” que se negam a prestar ajuda alimentícia às nações que não tenham projetos de controle da natalidade, e discorda de que a principal causa da fome no mundo seja o excesso de população. É a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCEDE), observa que o aumento da produção de alimentos na América Latina até 1980 “será maior do que o aumento populacional, mas apesar disso o número de famintos poderá aumentar, devido à crescente desigualdade na distribuição da renda”. Convencer os pobres de que a pobreza é resultado dos filhos que não se evita, tem sido uma tônica na qual insistem os partidários do “controlismo em massa”. Mas no que se refere à América Latina, os dados reais desmentem isso. Ao contrário do que se diz, na maior parte dos países latino-americanos não sobra gente, falta. O Brasil, por exemplo, tem 38 vezes menos habitantes por quilômetro quadrado do que a Bélgica (com extensão territorial menor do que o Estado de Minas Gerais), e Haiti e El Salvador (considerados formigueiros humanos) têm densidade demográfica menor do que a Itália. No final das contas, nada menos do que a metade dos territórios da Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai e Venezuela, está habitada “por ninguém”. Com o que concordam os bispos bolivianos, que recentemente, pela primeira vez, denunciaram ações de companhias norte-americanas na Bolívia, que investiram (em 1975) cinco milhões de dólares em anticoncepcionais. Condenando “energicamente” a intervenção estrangeira no controle da natalidade, os bispos referem-se à “incoerência oficial”, pois os discursos das autoridades insistem na necessidade de aumentar a população boliviana, especialmente nas áreas despovoadas, enquanto - por outro lado - acatam planos antinatalistas elaborados no exterior”.

No Brasil: algo mudou

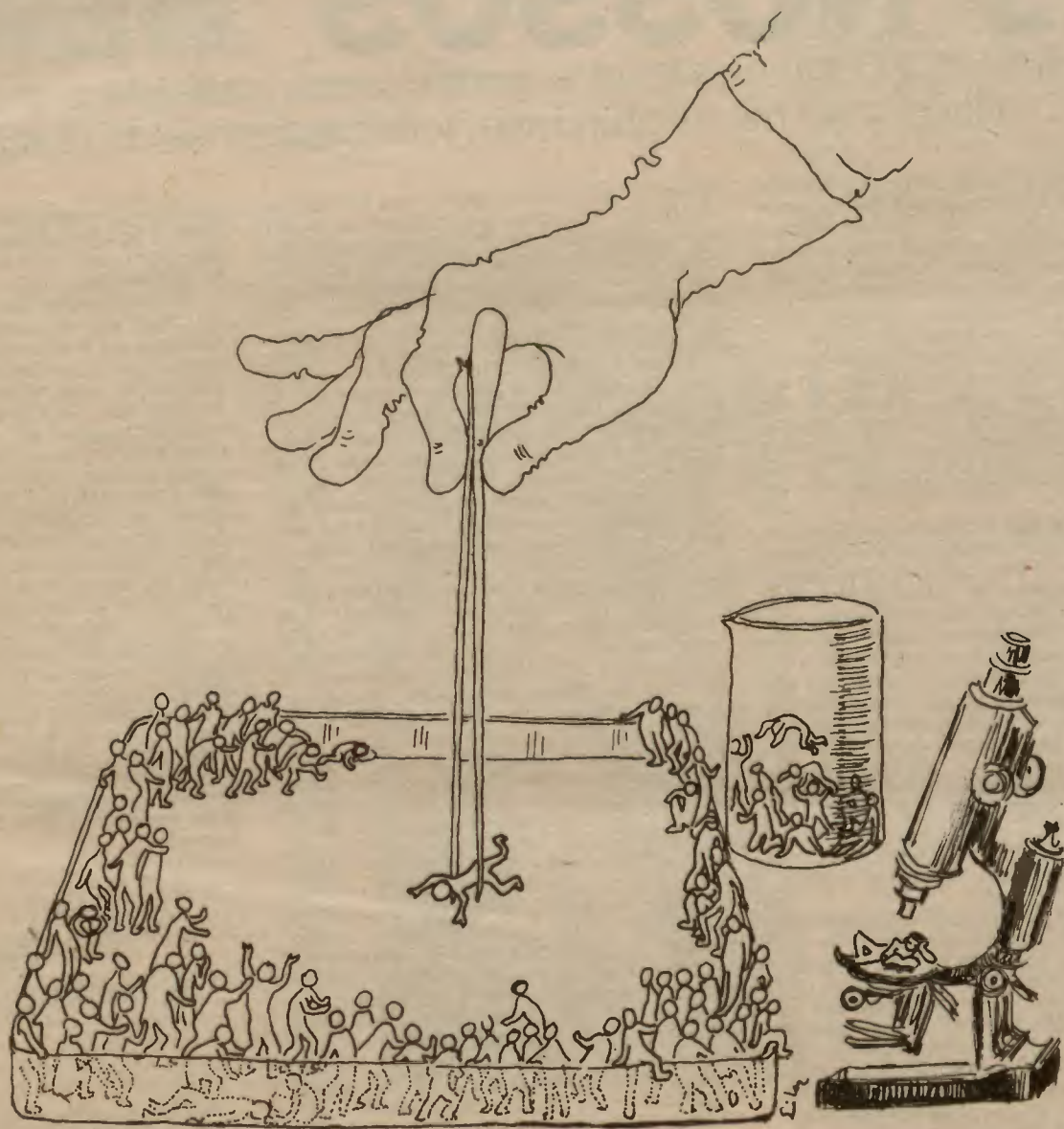
Quanto ao governo brasileiro, segundo fontes oficiais, continua mantendo a posição “já manifestada em várias oportunidades”, no Brasil, o controle da natalidade “é assunto de estrita competência dos casais, cabendo a eles decidirem, sem qualquer interferência governamental, o que lhes parecer mais conveniente”. Mas o que se pode perguntar é se tal enfoque poderá manter a rigidez capaz de se contrapor ao debate do problema nos seus aspectos mais profundos, dentro do próprio governo. O amplo estudo realizado pelo Ministério da Saúde poderá determinar alguma mudança substancial nos rumos da atual política brasileira de controle da natalidade? O simples fato desse estudo, como ressaltou um colunista político, “revela não ser o governo insensível à tese muito difundida de que o controle da natalidade pode ser um instrumento acelerador da distribuição da renda, e consequentemente, do progresso da nação”.

Tentando participar do debate, profissionais do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), elaboraram um estudo sobre “Planejamento Familiar em São Paulo”, onde afirmam: “Partindo, desde a década de 50, de uma postura categórica pró-natalista, o governo brasileiro vem assumindo posições ambíguas a respeito da conveniência da diminuição do ritmo de crescimento populacional”. Diz ainda o estudo, que a partir da Segunda Guerra mundial, os países do capitalismo central, especialmente os Estados Unidos, procuraram disseminar uma prática de controle da natalidade visando diminuir as taxas de fecundidade das nações do Terceiro Mundo. Isso porque a comunidade científica toma conhecimento do inédito crescimento populacional dos países do Terceiro Mundo, crescimento considerado ainda mais ameaçador à ordem constituída na medida em que as taxas de fecundidade mantinham-se elevadas, enquanto aumentava a expectativa de vida das populações. O CEBRAP, analisando os aspectos contraditórios do Planejamento Familiar, pela própria ambiguidade do termo, conclui: “É necessário que a orientação oferecida aos casais quanto às suas possibilidades reprodutivas não contenha elementos explícitos ou implícitos de coação no sentido de limitação da natalidade. Não se creia que com isso os graves problemas de desnutrição, evasão escolar, insuficiência dos serviços públicos, começarão a ser resolvidos ou mesmo significativamente aliviados. As dimensões da pobreza não são dadas pelo ritmo de reprodução dos pobres”.

“... as crianças latinoamericanas continuam nascendo, reivindicando seu direito natural de obter um lugar ao sol nestas esplêndidas terras que poderiam brindar a todos com o que a quase todos é negado” (Eduardo Galeano).



O voto é direito de todos mas...



O analfabeto está sujeito a todos os deveres e obrigações de qualquer cidadão brasileiro, como o pagamento de impostos, respeito as leis, etc. No entanto, lhe é negado o direito máximo de manifestar-se politicamente através do voto.

Milhões de brasileiros estão impedidos de votar porque são analfabetos. Além deles, certas categorias - como os praças - também estão excluídos, pela constituição, do processo eleitoral. Se votar é um ato político, considerável parcela da população brasileira está alijada da participação política no quadro nacional. As razões são muitas. O deputado Santilli Sobrinho acha que isso ocorre "por vivermos num regime elitista, centralizador, portanto distanciado da vontade popular, consequentemente sem perspectivas de adoção do voto do analfabeto. Quanto mais popular e democrático o voto - diz - mais contraria nos seus resultados, interesses de minorias que se beneficiam do status quo".

O analfabeto está sujeito a todos os deveres e obrigações de qualquer cidadão brasileiro como o pagamento de impostos, respeito às leis, etc. No momento, lhe é negado o direito máximo de manifestar-se politicamente através do voto. "Assim, explica o historiador Hélio Silva, o sufrágio não é universal no Brasil porque, se os analfabetos não votam, o resultado das eleições não significa de modo algum, a opinião do povo."

Historicamente as coisas tem corrido dessa maneira, criando-se como afirma Hélio Silva, "um sistema vicioso que explica a teoria de que o analfabeto não vota. E como o analfabeto não vota e a cultura não é um bem de todos, as elites detêm as chaves da cultura e mantêm marginalizadas grandes massas da população, ignorando suas reivindicações sociais. O Império viveu um regime artificial, no país e no continente, mascarando com as elites brilhantes a mentira da representação política. A Velha República nasceu e morreu na fraude, no eleitorado de cabresto. Depois de 1930 reformulou-se a legislação com o voto secreto e a justiça eleitoral. Chegou a tornar-se possível eleições em que a vontade do eleitorado se tornou, respeitada. Foi assim que nem as ditaduras conseguiram abafar a consciência cívica do povo que reagiu sempre, em 1935, em 1945, em 1955, em 1960, em 1974".

Distorções

O processo eleitoral brasileiro sempre teve limitações seja pela ausência do voto dos analfabetos, seja pela de setores profissionais, fato agravado nos últimos anos com a mudança das regras do jogo político.

A eliminação das eleições diretas para os postos de mando da nação e a implantação do sistema bipartidário, tolhendo a escolha dos eleitores, tiraram do voto popular seu caráter de participação nas decisões. "O regime implantado no país nos últimos anos, diz o deputado Alberto Goldmann, estabeleceu escolha indireta dos principais cargos executivos - presidente, governadores, prefeitos de muitos municípios - dentro do elenco de medidas que vieram tirar do povo o papel sujeito das decisões políticas, impedindo a livre expressão e manifestação. Por isso, hoje, o voto, não é soberano. O voto popular que subsiste - eleições de deputados, vereadores, senadores e alguns prefeitos - tem uma importância específica. É um canal que persiste num quadro de coibição geral de manifestação política".

Essa descaracterização da eleição como manifestação política popular acabou gerando distorções quanto à sua finalidade. Deputados dos dois partidos, tempos atrás chegaram a afirmar que "mais importante do que qualquer aspecto institucional é fazer com que o trabalhador tenha

transporte, moradia, condição de vida", alegando que não adianta forma institucional perfeita se o povo não é atendido nas suas necessidades mínimas e até mesmo do que a eliminação do "AI-5 ou do Decreto 477 não interessam à gente humilde que precisa de assistência social".

Essa colocação de eleições e necessidades básicas como coisas opostas, inverte, na prática, o conceito básico, da participação política como instrumento essencial para a conquista de melhores condições de vida e de trabalho. Sem os direitos de se organizar, reunir, opinar, e decidir sobre os assuntos políticos, de escolher representantes que defendam seus interesses, dificilmente a população consegue que tais interesses sejam efetivamente atendidos. Por outro lado, considerar a participação política como secundária sob o argumento de que o povo está interessado apenas nas condições mínimas de vida, leva à aceitação de que o povo não sabe o que quer e que somente os governantes têm discernimento sobre o que é bom ou não para todos. Quando, ao contrário, o povo é que deve dizer o que espera e deseja de seus dirigentes".

"Na medida que temos contato com o povo simples, diz o historiador Edgar Carone, vemos que seu julgamento liga-se muito mais com a sensibilidade de seus problemas do que com a erudição. Dai o analfabeto ser capaz de escolher tão bem quanto qualquer alfabetizado". D. Nagily, dona de casa, acha que o analfabeto devia votar, "pois conheço pessoas analfabetas que entendem muito mais de política do que eu, que sou alfabetizada".

Descrédito

As falhas que sempre caracterizaram o processo eleitoral brasileiro foram acentuadas na última década com as restrições impostas. Segundo Edgar Carone, "a partir de 1964, o processo eleitoral foi-se restringindo cada vez mais devido às pressões dos grupos governativos. Ainda que a liberdade de voto aparentemente continue a existir, na realidade as cassações de deputados e senadores e as restrições às candidaturas eleitorais foram castrando cada vez mais o direito à livre manifestação do eleitorado". Isso tudo tem provocado um certo descrédito na população, principalmente quanto à eficiência de atuação dos elementos que chegam a ocupar os restritos cargos eletivos.

João Marques, tecelão, acha que antigamente a eleição era significativa: "A gente ia escolher o candidato pois naquela época eles tinham mais força; parece que agora eles ganham, mas tem alguém superior a eles. Se você vota num candidato e ele quer fazer alguma coisa além, ele é colocado para fora. Eu não sei de onde vem essa força, aí prá mim tem uma chave, alguém detém essa força".

"Nas últimas três ou quatro vezes votei nulo, diz Leo Campos, 51 anos, porque tenho visto o pobre sempre levando chicote. Na eleição de 1974, porém, resolvi votar num candidato mas acho que os candidatos não podem fazer quase nada porque as correntes contrárias não deixam ele fazer".

De forma geral, o povo, se já era relativamente marginalizado das decisões políticas do país, encontra-se hoje mais afastado ainda dessas decisões, visto que até mesmo setores tradicionalmente participantes foram também privados desse direito. Nesse quadro, as próximas eleições poderão ou não traduzir o descrédito popular no próprio ato de votar.

“A posse da terra em que trabalha é tão importante para o agricultor como a posse da mulher amada para o homem que se casa. Tudo o mais-compra de móveis, de louça, das mil e uma coisas necessárias à vida do casal - terá sua hora e vez, mas sem o mesino caráter de essencialidade”.

Pompeu Accioly Borges
Ex-diretor da Fao no Brasil

OS NOSSOS SEM TERRA

“Somos cerca de 1 milhão e 200 mil assalariados permanentes, mais de 6 milhões de assalariados temporários, cerca de 500 mil parceiros e arrendatários, 500 mil posseiros e 2 milhões e 40 mil minifundistas, totalizando mais de 11 milhões de famílias de trabalhadores rurais”.

Nas últimas semanas recrudesceram os conflitos pela terra no interior do Brasil. Em Vila Rondon, no Pará, os posseiros há muito tempo em litígio com o fazendeiro norte-americano John Davis, revoltaram-se e emboscaram o fazendeiro e seus dois filhos, com a consequente morte dos três. A violência do norte americano, vinha ameaçando há anos chegando a mandar incendiar casas de posseiros e cercar com arme farpada a única fonte de água existente numa extensa área o que provocou a reação violenta dos posseiros. Já no ano passado, a imprensa noticiava o que ocorria em Vila Rondon dizendo ser conhecida a fama de John Davis como “grileiro”, além de acusações que circulavam na região atribuindo-lhe a distribuição de grande quantidade de dispositivos anticoncepcionais entre as mulheres dos colonos.

A 400 quilômetros de Cuiabá, a localidade de Afonso foi ocupada em julho por 700 homens armados, a mando de Satoshi Kurionagy, representante do Corpo da Paz em Cuiabá. Satoshi, dizendo ser dono das terras onde vivem há mais de 3 anos, 200 famílias de posseiros, contratou os jagunços para expulsá-los sem oferecer qualquer indenização. Os 70 homens vêm mantendo as famílias de posseiros sob contínua ameaça, tendo praticado inúmeros atos de violência como destruição de lavouras e agressões físicas. Nem as crianças escaparam. Inúmeras foram algemadas para que contassem o paradeiro dos pais.

O ambiente na área é de tal medo e tensão que mulheres e crianças correm para o mato à chegada de qualquer veículo, temendo novo ataque de jagunços. “Já não aumento mais tantas ameaças. Quero só colher minha lavoura e ir embora com a família”, conta José Rodrigues Conceição, de 70 anos, que chegou há 3 anos em Afonso com 4 filhos. “Pensei que fosse terra devoluta”, diz a respeito dos cinco alqueires de mata que derrubou e beneficiou. A esposa de Amado Ferreira da Silva, um dos 36 posseiros presos há mais de 2 meses, acusado de matar o jagunço Severiano Soares de Oliveira, homem de Satoshi, contou que sob a mira das armas de 4 jagunços que se diziam policiais, teve de colocar sua mudança num caminhão. Como a família de Amado, outras quatro famílias tiveram de fazer o mesmo.

“Abaixei-me no meio do povo”

O padre Isidoro Schneider, vigário de

Afonso, recebeu várias ameaças de morte por ter denunciado as pressões dos fazendeiros contra os colonos. “Não recuaremos na defesa dos posseiros”, diz o padre, e conta que um jagunço de nome Nicolau espalhou no povoado que havia sido contratado por 500 cruzeiros para matá-lo. Inclusive antes da celebração de uma missa, quando se encontrava no meio dos fiéis conversando, surgiu um jagunço na porta da igreja apontando-lhe uma arma. “Abaixei-me no meio do povo e os homens tentaram pegar o jagunço que desapareceu”, narra o padre. Desde então não tenho parada certa: “Preciso circular para despistar os homens de Satoshi”.

Os posseiros e suas famílias ainda esperam que sejam tomadas medidas para solucionar seus problemas. “Nós estamos dispostos a comprar a terra que ocupamos”, afirma Raimundo Gomes. “O que não podemos é deixar tudo e sair. Afinal são mais de 3 anos de trabalho e ninguém pode entregar a terra de graça para um fazendeiro só porque ele diz ser dono e não mostra nem a documentação das terras. João Gonçalves dos Santos também acha que os posseiros devem ficar até que se resolva a questão; “As ameaças são muitas e agora com esses 70 jagunços no meio da gente, ninguém dorme direito e as mulheres e crianças quase não ficam dentro de casa, mas enquanto os padres e o bispo estiverem do nosso lado, falando pela gente, não deixaremos a terra”.

A esperança de que os padres e o bispo da região consigam alguma coisa em favor dos posseiros parece ser a última chance de sossego para os moradores de Afonso: “A gente está com muito medo, mas ainda tem esperança”, desabafa Maria Conceição de Oliveira, mulher de um dos posseiros presos. Os padres estão do nosso lado e é por isso que todo mundo ainda não correu daqui”. Há porém os que já se desesperaram. Lafaete Mendes dos Santos, 27 anos, descrente de um solução, decidiu ir para outra parte. “Só quero tirar minha lavoura. Vendo o que tenho e vou para Rondônia, não aumento mais tantas ameaças. Em Rondônia, tem muita terra devoluta”. Mas Lafaete não sabe ainda que encontrará lá a mesma situação de que está fugindo como acontece com todos os posseiros em toda a Amazônia.

Método

Do sul ao norte do país grileiros e proprie-

tários de grandes fazendas, para apossar-se de terras, vêm expulsando posseiros e pequenos agricultores. Os métodos empregados para convencê-los a abandonar suas glebas incluem desde o pagamento de irrisórias indenizações, sempre acompanhadas de ameaças, à destruição de lavouras, queima de casas, espancamento e até morte dos que resistem à expulsão. No Mato Grosso, tais métodos adquiriram requinte da técnica. A FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura - denunciou que, naquele Estado, grandes fazendeiros, sem razão justificada, têm se utilizado de lançamento de desfolhantes, como o “agente laranja” e outros produtos químicos que não só destroem as lavouras dos colonos como causam sérias intoxicações nas populações locais.

Vítimas da mesma situação, os índios também não têm seus direitos garantidos. Embora existam leis que determinam serem as reservas indígenas domínio das tribos, estas têm suas terras frequentemente invadidas por grileiros e fazendeiros gananciosos. A invasão da Missão Salesiana de Merure, no Mato Grosso - que dá assistência a 600 índios da região - por 70 jagunços armado: sob o comando do fazendeiro João Mineiro, é sintomática. O ataque tem relação direta com as tentativas de ocupação das terras dos índios pelos fazendeiros e resultou na morte do padre Rudolf Lunbenkein e do índio Simão, além de ferimentos em outros 4 índios.

Documento divulgado pelo CIMI - Conselho Indigenista Missionário - sobre os acontecimentos de Merure, afirma que a invasão da área indígena não é obra de posseiros “como a Funai e alguns setores ligados aos grandes proprietários de terras querem que se pense”. “Na verdade - diz o documento - os choques entre posseiros e índios são relativamente pequenos. Os maiores problemas, muitas vezes promovidos ou pelo menos acobertados por órgãos do governo, são causados pela invasão de terras indígenas pelas grandes companhias pecuárias, madeiras e mineradoras, nacionais e multinacionais”. O problema, segundo o documento, torna-se mais grave porque as mesmas empresas que invadem as terras dos índios estão igualmente expulsando posseiros e pequenos lavradores.

Nós que vive com o braço

A invasão de terras dos índios se intensificou nos últimos anos. Em fins de 1975, o

guerreiro xavante Mario Juruna, 38 anos, em visita a São Paulo, denunciava a situação de sua gente na reserva de São Marcos em Mato Grosso:

“Como sou guerreiro dos xavantes procuro coisas pra eles, pra poder ajudar minha tribo porque a Funai não está mais apoiando o índio. A Funai podia ajudar mais o índio, mas índio está vivendo na miséria, na sombra dela. A Funai diz que não recebe verba para ajudar índio. Índio sofre. Nós que trabalha pra poder alimentar nossa família, compra roupa, vende mantimento, nós que vive com o braço... Faz cinco anos tem briga por reserva de Xavantes. O governo, Funai, mistério, acha que é difícil resolver, imagina a gente! Isso é grande vergonha pra o país. O índio é como escravo. O governo vende terra do índio, ainda vende índio. Isso é crime. E como é que índio pode acabar? Como é que índio pode trabalhar pra fazendeiro, pra apanhar na fazenda como escravo apanhava, será que índio não tem direito de viver na terra? Será que o Brasil não tem vergonha disso?”

“E porque existe a Funai? Existe só pra defender a gente grande. Isso é grande vergonha. Não é Fundação Nacional do Índio. A gente nunca ouve o índio falar. Isso é safadeza do homem”.

No Paraná o conflito continua

Uma mensagem, dramática foi transmitida ao governador Jayme Canet, Paraná, no dia 15 de julho. Dizia: “Adultos e crianças encontram-se em completo desabrigio, sem condições de sobrevivência”.

José Teixeira Filho, prefeito de Terra Roxa não tinha condições para enfrentar “essa calamidade pública”, e o recurso foi mandar um SOS às autoridades estaduais e federais. Centenas de pessoas (cerca de 300) foram despejadas da Fazenda Santa Izabel (uma das propriedades da Fazenda Paulista), pertencente a Alfredo Santos Jr. que obtinha justiça, há algum tempo, ação de despejo contra porcentos de sua propriedade.

As famílias foram retiradas da fazenda em 12 caminhões e levadas para onde queriam, se tivessem destino, ou despejadas fora das

divisas do município, na beira da estrada. Pais de família fugiram da vigilância (a polícia não deixava ninguém sair nem entrar a não ser em cima dos caminhões) para denunciar as arbitrariedades mas quando voltaram não encontraram seus familiares, que foram deixados em diversas áreas da região. As famílias foram despejadas distantes uma das outras para que não tivessem condição de se reagruparem, o despejo foi feito por 120 homens da Polícia Militar, vindos de Cascavel e Marechal Cândido Rondon porém o Secretário da Segurança do Estado do Paraná declarou aos jornais paranaenses desconhecer o fato. Enquanto isso, o proprietário Alfredo Santos Jr afirmava entender o problema das famílias despejadas, mas nada podia fazer, além de simplesmente retirá-las das terras. No encontro que o proprietário manteve com o prefeito de Terra Roxa declarou que havia sido compreensivo, pois somente agiu após dois anos de ter sido decretada a ação de despejo pelo juiz de Guaiara. E mais: “os despejados são indivíduos da pior espécie e nem mesmo cultivavam a terra onde se encontravam. Eles viviam ameaçando o gerente e outros empregados da fazenda e diziam que, se algum deles entrasse na área em que estavam, seria morto”.

Os trabalhadores apresentaram denúncia ao Sindicato de Terra Roxa relatando as violências sofridas. Onofre Velino da Silva, que tocava uma roça de oito alqueires, de lavoura branca (cereais) disse que sua mulher, Etelvina, deu a luz, duas horas antes dos soldados chegarem acompanhados dos empregados da fazenda. Onofre foi obrigado a sair imediatamente lá deixando a mulher que ficou outros dois dias sem qualquer assistência, quando também foi posta para fora.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Roxa, Antonio Qualio informou que na ocasião a polícia prendeu os lavradores José Carlos Filho, José Carlos de Sousa e Milton Murin, quando eles tentavam voltar à fazenda para reaver seus bens, que ainda se encontravam ali. Levados para a cidade de Cascavel, os presos foram libertados no dia seguinte e quando retornaram à Terra Roxa foram encaminhados a um hospital para exames de lesões corporais, pois teriam sido espancados e José Carlos Filho apresentava ferimentos “Há informação - noticiaram os jornais paranaenses - que mais de 12 prisões teriam ocorrido, ficando os lavradores detidos em Cascavel”.



Etelvina deu a luz Duas horas depois seu rancho foi cercado pela Polícia Militar e seu marido expulso.

↑ 221

A Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA - é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 1969. Seus dirigentes são os mesmos técnicos que participaram, em 1964, da redação do anteprojeto de lei que resultou no Estatuto da Terra. O atual presidente da entidade - engenheiro agrônomo José Gomes da Silva - fala ao BM sobre os problemas agrários do Brasil.

3M - A agricultura brasileira caracteriza-se por violento contraste: bom desempenho econômico ao lado da pressão sobre a terra. Ao seu ver, onde estaria a origem dos conflitos?

JGS - Os conflitos têm surgido justamente por força da pressão que existe sobre a terra. Por incrível que pareça, apesar dos nossos 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, o Brasil é um dos países que se caracterizam pela existência de sérios movimentos de pressão sobre a terra. Estes elementos de pressão têm várias origens. Primeiro, dos desmandos na expedição e regularização dos títulos de propriedade. São famosos, neste sentido, os fatos de superposição de títulos de propriedade nas áreas do sudoeste do Paraná e, agora, mais recentemente, na Amazônia em que, por vários fatores, foram expedidos diversos títulos de propriedade sobre a mesma área de terra. É claro que o trabalhador que cultivou a terra, que ali construiu sua morada, além de ter uma garantia constitucional, procura defender até onde pode, resistindo a esse processo de expolição, quase sempre de natureza política ou de pressão econômica. Ao resistir, criam-se conflitos como este recente que afetou a família do fazendeiro norte americano John Davis.

Por outro lado, se exerce uma pressão também por força de direito hereditário. Repartida a herança, os filhos de famílias numerosas, possuidores de pequenos pedaços de terra, vão ficando com seu patrimônio cada vez menor. Eles partem, então, em busca de nova oportunidade. Isso está acontecendo principalmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, onde os grandes contingentes de jovens partem em busca de novas terras, tanto em Mato Grosso como no Amazonas. Outra fonte de conflito é a falácia das economias de escala em agricultura. Existe a crença, em parte fomentada pelos economistas, de que só é possível obter rentabilidade em grandes explorações. Há então uma tendência para a criação de grandes propriedades.

Esta falácia econômica tem estimulado, com base nos incentivos fiscais e em certas facilidades proporcionadas pelo governo, a criação de verdadeiros estados dentro do Estado. Naturalmente essas grandes empresas montam a sua infra-estrutura com toda a sorte de serviços, até mesmo os policiais. Basicamente a origem dos conflitos é sempre a mesma: ou superposição de títulos, ou é simplesmente uma forma de pressão que nos velhos tempos constituía apenas na mudança da cerca do coronel. Hoje consiste na apresentação de um título falso, mandando queimar um cartório, ou simplesmente contratando um grupo de capangas para afugentar os pequenos proprietários, ou seja os posseiros. BM - Frente a esta realidade conflituante, até que ponto a atuação dos órgãos criados pelo governo desde 1964 promoveu a Reforma Agrária?

JGS - Com a promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, o governo chegou a tomar uma decisão política de realizar uma Reforma Agrária. Isso infelizmente ocorreu numa época em que uma série de acontecimentos políticos ajudaram a contra-reforma a obscurecer essa decisão, acabando por adiar completamente o desencadeamento do processo. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA - foi criado como uma autarquia bastante poderosa, porém deixou perder essa oportunidade embarcando na canoa da tributação progressiva que, dentro do Estatuto da Terra, foi colocada como um mero instrumento auxiliar da reforma. O IBRA mobilizou toda a sua organização gastando todos os seus recursos ao tentar montar um aparato fiscal,

esquecendo o instrumento cirúrgico da reforma que é a desapropriação por interesse social. Assim sendo, a contra-reforma utilizou outros recursos, acabando por diluir todo este instrumental que foi montado com o Estatuto da Terra. A principal manobra que resultou nessa diluição, foi a de juntar a colonização com a reforma numa nova organização - o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Esta medida bloqueou qualquer iniciativa de Reforma Agrária porque a entidade não vai deixar de lado a colonização da Amazônia, com todo seu apelo nacionalista e sabor popular, para enfrentar uma tarefa difícil e com uma série de complicações políticas, como é a Reforma Agrária. Colocar a Reforma Agrária junto com a colonização significa simplesmente não fazer reforma. É o que está acontecendo. O próprio INCRA anuncia a distribuição de cerca de 96 mil títulos que resultam quase que exclusivamente de discriminação de terras devolutas. Quer dizer, conceder títulos a um posseiro que já vinha ocupando a terra há muitos anos. A função do governo foi apenas regularizar aquela posse e expedir um título de propriedade. Não houve qualquer processo redistributivo, qualquer criação de novo proprietário, embora a essência da Reforma Agrária seja criar um novo proprietário. Em quase 12 anos de vigência da Lei brasileira de Reforma Agrária, acreditada-se não foram beneficiadas 10 mil famílias, para uma necessidade de cerca de 2 milhões.

BM - Na sua opinião se realizada uma Reforma Agrária efetiva, como ficariam as unidades consideradas produtivas?

JGS - Não se acredita, com muita razão, que seja possível realizar uma reforma só na agricultura dentro de um contexto conservador no restante da sociedade. Acho que a reforma tem que ser global, realizando-se no bojo de uma profunda modificação do país como um todo. Agora, no caso do setor agrícola propriamente dito, a Reforma Agrária não deve afetar as unidades produtivas, não apenas por uma questão de mérito, mas de necessidade. No caso do Brasil, há tanta massa disponível para a realização de uma Reforma Agrária que não é boa estratégia, nem há necessidade de se tentar atingir as unidades produtivas, a não ser aquelas que se situem em áreas onde certos pedaços sejam necessários para a composição dos distritos de reforma tecnicamente planejadas, e a legislação brasileira prevê esta hipótese. Em certos países que fizeram a reforma, como é o caso da Venezuela, existe um sub-setor chamado “empresarial”. Trata-se de unidades que estavam produzindo antes da reforma, não sendo afetadas por ela, e um setor da agricultura reformada, a camponesa. Este setor camponês tem uma série de instrumentos de proteção. Em alguns países, tem até um banco próprio, como é o caso do México, para financiar as atividades produtivas dos beneficiários da reforma. Contando com estes mecanismos de proteção, de crédito, de comercialização, de assistência técnica, especialmente desenvolvido para proteger o sub-setor camponês, desde que estas unidades se congreguem em cooperativas, associação de grupos, sindicatos, ou sociedades de beneficiários da reforma, não há nenhum motivo para temerem uma produção das áreas não atingidas pela reforma. Isto é, desde que haja uma decisão e uma compreensão política por parte do governo. Quando o governo é essencialmente latifundista ou voltado para a grande empresa, ou não tem uma sensibilidade camponesa, então a desigualdade se estabelece e as novas unidades não têm condições de se estabelecerem.



“Na sua voz há o campo e a lida”



Portugal, após o 25 de abril, começou a difícil caminhada do questionamento de sua vida política, econômica e social. De todos os lados do país surgiram atos, opiniões divergentes e conflitantes que produziram, obrigatoriamente, descobertas de muitos aspectos da vida portuguesa, mergulhados durante 40 anos num total e doentio esquecimento. A mulher portuguesa - como um setor da sociedade discriminado e explorado - também passou a ser discutida claramente do campo à indústria. Os Movimentos de Libertação da Mulher em plena escalada nos países desenvolvidos e vizinhos, como a França, por exemplo, elaboraram planos para conhecer e discutir a realidade feminina portuguesa tendo a imprensa, nesta fase, um importante papel na formação de consciências. Os tradicionais suplementos femininos transformaram-se em cadernos sobre a situação de trabalho, as discriminações salariais, a necessidade da mão-de-obra da mulher tornar-se “lúcida e exigente”; tudo isso objetivando mostrar a igualdade real, não só fundada em salários iguais, mas também numa qualificação profissional igual, como dizia recentemente um diário de Lisboa que conclui: “Além disso, as responsabilidades de promoção das mulheres trabalhadoras têm de estar a par dos homens, conseguindo um equipamento social que ajude os pais na sua tarefa de educadores”.

“Brasil Mulher” escutou as mulheres do campo em Portugal com a finalidade de levar a mulher brasileira a refletir sobre sua companheira do outro lado do Atlântico, encontrando, ou não, semelhanças com sua própria condição de mulher na sociedade de classe. Dos depoimentos que temos, um é de Elvira Maria Ramalho, mulher líder sindical existindo dentro da situação de explorada, mas agindo para a modificação de sua sociedade. O outro relato é de Eglantina Charrua, esposa de Manuel Charrua, líder da Reforma Agrária no Alentejo, mulher trabalhadora desde a infância: carpinhando, limpando, plantando, colhendo.

10 BRASIL MULHER

“O país onde as mulheres mais sofrem no mundo é Portugal”

Eglantina Charrua:
“Levanto às sete horas. Se posso, fico mais um pouco. Faço pequeno almoço para levar ao campo. Preparo couve, toucinho, batatas e pão. Come-se a qualquer tempo. Mas antes de sair faço nossos leitões. Trabalho até às 18 horas da tarde. Volto para casa e faço o jantar. Lavo a roupa e preparo as coisas para o amanhã. Lavo a loiça. Fico a coser ou a fazer rendas e vou deitar-me lá pelas 10 da noite.

“Gosto de divertir-me, mas não tenho nada. Missas já não há e também se tivesse lá não ia. Não vou dar comida a quem não trabalha”.

“Faço amanhã 37 anos de idade. Estou casada há 16 anos. Minha vida tem sido muito custosa, assim como a Domitila que eu estou lendo aqui no Brasil Mulher (NR - referência ao depoimento de Domitila de Chungara na Mina Siglo XX - Bolívia - Brasil Mulher nº 1, nesta mesma página).

“Já não tomo pilulas. Medo e cautela, isto é o que eu uso”

“Quando nos casamos, o Manuel e eu, não tínhamos nada. Trabalhávamos nós dois, para conseguirmos alguma coisa. Trabalhávamos e comprávamos coisas. No dia seguinte de nosso casamento já saíamos de casa e fomos a ceifar. Morávamos com minha sogra e muito depois é que fomos para a nossa casa. Comprei uma máquina de costura de segunda mão e, depois de dois anos, nasceu a minha filha. Os primeiros três meses passei mal e não podia sequer ir ao campo. Depois voltei a trabalhar e só parei quando faltavam apenas três semanas para ela nascer. E continuei trabalhando porque a vida sempre foi muito custosa e os patrões não ajudavam nada. Iamos mal. Não havia trabalho para todos antes da distribuição das terras que veio a acontecer depois que terminou a ditadura de Salazar.

“Sempre trabalhei muito e levava a minha Natalina dos Anjos Caetano Charrua comigo ao campo. Deitava ela nos panos e andava a catar carvão de lenha e voltava à casa para passar, lavar, cuidar da comida. Penso que foi muito bom ter tido somente a minha Natalina. Se aparecesse um outro eu mandava embora. Aqui as mulheres têm costume de tomar essa medida. Elas vão às parturientes e abortam. Algumas tomam os comprimidos. Eu tomei pilulas durante três anos e cheguei a ficar doente. Durante três meses minhas regras sumiram. Fui ao médico e nunca mais tomei nada. Tenho medo e cautela: isto é o que eu uso.

“Sempre trabalhei. Até agora a minha Natalina vai comigo ao

campo. Ela já tem 13 anos e estamos ultimamente a arrancar o mato para os homens. Minha vida de mulher é só ir trabalhar no campo. Agora é tirar mato, depois é cavar lamas para semear o arroz. Eu sei que tem mulheres que fazem coisas diferentes. Gostaria que minha filha tivesse a vida diferente da minha. Eu digo às mulheres que vão ler o que eu cá digo, que o país onde as mulheres mais sofrem é Portugal. O trabalho do campo é custoso, cavar anos e anos; enfim, a vida é assim. Não ganhamos a mesma coisa que os homens. Eles ganham quatro mil e quinhentos escudos e nós três mil e quinhentos. Penso que para alguns trabalhos isto está certo. Por exemplo, desgalhar, tirar cortiça, as mulheres não são capazes.

“Por que? Porque não aprenderam. E elas podem aprender? Poder podem, mas aqui não se tem uso de ensinar as mulheres”.

Manuel Charrua chega ao pé da lareira e tenta participar da conversa. Adverte a Eglantina que não se esqueça de dizer ao Brasil Mulher todas as coisas que são mesmo importantes.

Eglantina sorri ao marido e responde que aquela era uma conversa entre duas mulheres e que ele “estivesse sossegado”. A vida da família Charrua tem mudado desde que eles se instalaram na “Herdade Chaminé”, propriedade atual dos trabalhadores, da Cooperativa Pedro Soares e, antes do 25 de abril, da Torralta - companhia de exploração do turismo que a utilizava para hospedar seus convidados mais importantes, portugueses ou estrangeiros. Agora, a família mora na casa que era do administrador da herdade com uma sala, cozinha, banheiro e dois quartos. Manuel ocupa o lugar de coordenador dos trabalhadores da Chaminé e é também da comissão de trabalhadores da Pedro Soares, que reúne cinco “herdades” do Conselho de Montemor que possui, ao todo, 25. Na Pedro Soares trabalham 100 homens e 50 mulheres. O trabalho é pago mensalmente pela Comissão Liquidatária do Grémio. Na comissão de trabalhadores agrícolas, que dirige a Cooperativa estão quatro mulheres para 16 homens. A Cooperativa foi criada em abril de 1975, a partir do boicote econômico que os antigos proprietários desenvolviam e que resultou em prejuízos políticos para as reformas sociais propostas para depois de 25 de abril de 1974, como também para o seguimento econômico de Portugal, exigente de outras relações de produção.

“Pouca coisa mudou até agora: os trabalhos são os mesmos e os homens também”.

Comenta Manuel Charrua, entre um gole e outro de bagaceira, oferecido à “repórter amiga de Portugal”. sentados à beira do fo-

Rosa dos Ventos

go, ao entardecer friorento do campo:

"Ocupamos as terras quando os proprietários não quiseram atender às reivindicações dos trabalhadores necessitados de trabalho. Pedimos para ordenar as ovelhas. Eles ficaram de pensar e nós fomos vendo os úberes crescendo, o leite apodrecendo, as ovelhas sofrendo. Resolvemos entre nós qual seria a solução: ordenhamos as ovelhas e ocupamos a terra para iniciar uma produção agrícola, que, até então, estava sendo negada. Os proprietários só pensavam em cuidar do campo quando isso era, de alguma forma, importante para eles. Enquanto isso, nós ficávamos aqui sem trabalhar e com filho a sustentar. Atualmente estão semeando 900 hectares de terra entre trigo e cevada, aqui na nossa região. O resultado da colheita geral do Alentejo deve suprir as necessidades de nosso país, que sempre importou cereais (NR - depoimento tomado em março de 1976). Agora, a Reforma Agrária tem 1 milhão de hectares para serem trabalhados.

"Perdoe que estou a falar demais... enfim a conversa é com minha mulher, mas antes digo que, apesar de tudo que conseguimos ainda estamos muito atrasados".

Eglantina, que estava quieta, mexendo a lenha na lareira, pegou o fio da conversa e continuou:

"O que mudou aqui na herdade para as mulheres é que, nos tempos dos patrões, a maioria ficava em casa porque não tinha trabalho, mesmo para os homens.

"Agora nós queremos fabricar as terras. Quando as mulheres vão ao campo trabalhar conversam, contam coisas. No dia em que os homens e mulheres vieram ocupar a herdade, eu não vim porque estava com o pé quebrado lá nos Castelos, onde morava e servia os patrões. Tudo foi muito tranquilo porque a herdade estava abandonada e os homens conheciam bem o campo, pois já tinham vindo aqui cortar cortiça. As mulheres aqui da herdade e das outras também não tem participado das reuniões da cooperativa e da comissão dos trabalhadores. As pobres precisam trabalhar no campo, depois voltar para casa e fazer todo o serviço. Mas eu penso que nós tínhamos que ir porque só as mulheres podem defender suas próprias necessidades. Mas não é só aqui, em toda a parte de Portugal as mulheres participam pouco. Eu não vejo muitas mudanças para a vida das mulheres depois que as herdades passaram para as mãos dos trabalhadores: os trabalhos são os mesmos e nossos homens também.

"Meu marido sempre foi homem que fazia muitas coisas: participava da vida política mas ele nunca me explicou como era a vida dele. Nunca discuti política comigo, e agora ele é da Comissão da Pedro Soares.

"Na semana passada fui a Lisboa com ele para uma manifestação. Ele foi muito aplaudido quando fez o discurso. Acho que fez muito bem feito, mas eu também penso que as mulheres não valem menos que os homens, mesmo quando elas acompanham apenas para escutar".

Manoel Charrua, como um dos líderes da Reforma Agrária do Alentejo, preocupa-se com a ocupação da mão-de-obra feminina:

"O trabalho é organizado assim: ordenamos como trabalho masculino e feminino. As mulheres ganham menos, os homens mais.

Elas têm menos força que os homens e menos preparo técnico e, por isso, ganham menos. Agora, a mulher que é cabeça do casal ganha a mesma coisa que aquelas que têm os maridos a trabalhar, porém elas tem a preferência quando organizamos nos-

"Tomei conta no dia 14 de agosto de 1974 da casa do antigo Posto. Nessa casa existiam 11 cadeiras, duas secretárias, uma mesa de cozinha e um quadro com vidro, um ficheiro, uma galeria de janela, uma galeria de porta, uma cortina de mesma porta, uma cortina do pual, um cântaro e uma enfusa, um copo, um pires, um quadro de escrita, dois bengaleiros, uma caixa de armas, uma caixa da Cruz Vermelha, um armário de madeira com vidro, três bancos, um divã de madeira com duas encheragas, uma caixa de madeira com divisões, uma cesta de papéis, uma pá, uma vassoura, um bidom de lata, quatro cobertores e outro volume para entregar ao cabo Marques do Posto de Portel, um lavatório, uma bacia, duas passadeiras, dois tapetes — um de cortiça e o outro de corda —, e a haste da bandeira nacional.

Tomei conta e assino:

Elvira Maria Ramalho

dos grupos de trabalhadores, sobre aquelas que têm marido.

"Toda esta situação que lhe descrevi, não creio que seja definitiva. Mas, agora, é assim. As razões que nos orientam são políticas e econômicas e vão andando conforme o movimento da Reforma Agrária que ainda está a engatinhar. Como razão política existe o fato de que os homens não aceitariam, inicialmente, que homens e mulheres ganhassem a mesma coisa, pois eles não podem admitir que as mulheres possam fazer um trabalho dito masculino, como trabalhar de tractorista ou desgalhar uma oliveira. Quando tivermos máquinas menos pesadas que essas usadas hoje, em maior quantidade e de fácil manejo, aí eu acredito que as mulheres farão os trabalhos masculinos. Ai então receberão salários iguais.

Por enquanto, as mulheres são mobilizadas para executarem as tarefas "mais leves". Mas, em pleno campo, o comentário da maioria é um só: Nenhum homem faria o que nós fazemos. Praticamente todos os trabalhos chamados "curvados" são destinados às mulheres: apanha da azeitona, monda, ceifa, arrancar ervas e arbustos, colher legumes. E não ganham o mesmo que eles.

Eglantina ia virando na chaminé (lareira), as linguças que iam sendo, pouco a pouco, defumadas. Sem pressa, levantando devagar e sentando devagar, foi terminando:

"Tem vindo muita gente nos visitar. Olham, espiam, perguntam e vão embora. E o que nós precisamos são de pessoas que expliquem às mulheres as coisas que são preciso para elas saírem do atraso. Os partidos políticos precisam tomar muita atenção nisto. E as mulheres, apesar de fazerem uma jornada no campo e uma jornada na casa, tem que ir às reuniões. Se elas não forem, ninguém há de lembrar da vida custosa que levam".

Natalina dos Anjos Caetano pergunta à mãe se deve matar um frango, para a janta de aniversário, "afinal a mãe faz 37 anos". "Ela sorri e complementa: "de duras penas..."

Trabalhar para atuar

Elvira Maria Ramalho, de Monte do Trigo, Alentejo, trinta e sete anos, membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Alto Alentejo:

"Comecei a trabalhar com 10 anos de idade, porque minha mãe tinha cinco filhos e meu pai ganhava 15 escudos. Os dois eram trabalhadores agrícolas. Naquele tempo, a vida era mais dura que agora, porque a ditadura não se importava com o campo. Antes do dia 25 de abril, os homens ganhavam de 65 a 80 escudos e as mulheres a metade. Trabalho o dia todo no campo, volto às 19 horas para casa, e logo vou tratar

das coisas no Sindicato aqui de Monte do Trigo. Estou casada há muitos anos e tenho uma filha de 18 anos, que divide comigo os serviços da casa. E se acaso meu marido chega e não tem jantar, vou logo explicando que não tive tempo para prepará-lo. Todos os homens devem ajudar as mulheres a avançar para juntos mudarem as coisas que estão erradas nessa nossa sociedade.

"O Sindicato de Monte do Trigo foi fundado por mim, em 14 de agosto de 1974, nesta casa que era da Guarda Nacional Republicana e que foi doada aos trabalhadores pela Junta da Freguesia. No início eu estava sózinha, porque os homens tinham medo e as mulheres também. Todos viveram muitos anos sob o tácio da ditadura fascista de Salazar numa completa escuridão. Foi um companheiro de nome Manoel Vicente, que passou muitos anos a esclarecer os trabalhadores às escondidas, que me instruiu como deveria organizar o sindicato e foi o povo que me escolheu para delegada sindical através de eleição. Depois passei para a linha sindical do Distrito de Évora, que cuida de mais ou menos 41 mil trabalhadores agrícolas de todo o distrito.

Disseram-me que aquilo era política e eu disse que não percebia em que era política, mas sabia muito bem o que queria.

"Na altura das lutas pelas 8 horas de trabalho, e isto não faz muito tempo, mais ou menos 16 anos, eu lutei juntamente com outros companheiros para que todos tivessem o direito que os trabalhadores, em outras partes do mundo, já tinham conquistado. Cá trabalhávamos 12, 14, 16 horas por dia; quantas os patrões ordenavam. Um dia, fomos a ceifar e prometemos que só ceifariamos oito horas. Então chegou a Guarda Nacional, mas naquela altura eu não me importava de ser presa ou não. Era preciso levar a briga para diante. Eramos quase que uns oitenta enfrentando a Guarda. Muitas mulheres perderam o sentido, os homens recuaram, mas eu e mais três camaradas avançamos e dissemos que não trabalharíamos de Sol a Sol posto. E que o patrão desse a decisão. Disseram-me que aquilo era política e eu disse que não percebia o que era política, mas sabia muito bem o que queria. E devo dizer que ainda hoje não percebo bem o que é política. Depois a Guarda queria me levar presa para Caixias, mas o patrão não deixou porque o meu marido tinha sido criado na sua casa, porém foi ele quem chamou a Guarda. As mulheres serem presas não é nenhum defeito, pois as cadeias foram feitas para homens e mulheres. Os trabalhadores continua-



ram lutando em todo o Alentejo, ganhando porras. Alguns foram mortos como a Catarina Eufêmia, que tinha vinte e poucos anos e estava grávida. Hoje, tem uma cooperativa agrícola com o nome dela.

Quando via o que mostravam na televisão pensava logo que tudo era uma grande mentira

"Depois do 25 de abril tivemos, pela primeira vez, um 1º de maio. Foi difícil fazer a festa, porque ninguém sabia o que era feriado e, muito menos, o que era 1º de maio. Até aquela data não tínhamos previdência social, direito a férias, fins de semana e outros benefícios.

"Eu não sei porque sempre enfrentei a vida diferente. Meu pai nunca se opôs às coisas que eu fazia. Por exemplo: jamais chamei as filhas dos patrões de "vosmicê". Tinha lá graça que eu, mulher feita, chamasse a uma miuda de vosmicê? Quantas vezes vi elas atirarem pedras às mulheres trabalhadoras velhas merecedoras de respeito.

"Fui indo aprendendo as coisas sozinha. O ano passado fui à escola pela primeira vez, mas já sabia ler e escrever, porque aprendi sozinha e este ano devo fazer o 4º ano. Mas é bom que eu diga às mulheres que vão me conhecer, que quem abriu meus olhos muito e muitas vezes foi a televisão. Quando eu via o que eles mostravam, pensava logo que tudo era uma grande mentira, pois eu era uma trabalhadora e via o que se passava conosco. Tudo era feito para os estrangeiros verem e acreditarem, mas aqui se passava fome, miséria, e foi só quando a guerra do ultramar mostrou à tropa portuguesa o que acontecia é que foi tomada uma providência militar, pois uma rebelião civil não era possível. Muitas mulheres ainda choram os que ficaram em África. Mas agora é a libertação. Quem tinha que morrer já morreu.

"Eu trabalho para o interesse dos trabalhadores, enfrentando os patrões que ainda estão aqui. Outro dia, enfrentei um patrão porque faltava pagar as férias às mulheres que apanharam azeitonas. Ele me disse que não achava bem que as mulheres tivessem direitos. Isto não é estranho porque tanto os patrões como os trabalhadores homens, pensam que as mulheres não tem os mesmos direitos. Os trabalhadores porque não possuem esclarecimentos políticos e de educação e os patrões é porque agora precisam pagar aos homens.

"Meu marido nunca se meteu na minha revolução"

"O Sindicato tem hoje alguns problemas urgentes para resolver na questão das mulheres. Primei-

ro temos que conquistar o direito de trabalho para todas. Existem muitas mulheres viúvas que são chefes de famílias e nem por isso elas têm trabalho certo porque, primeiro, as tarefas são distribuídas aos homens. Depois que voltamos à democracia, os homens estão sendo atendidos em primeiro lugar e em todas as coisas.

"Outra preocupação aqui do Sindicato de Monte do Trigo é conseguir assistência social. As mulheres precisam trabalhar, mas não como pessoas que dão à casa um salário complementar. Elas precisam trabalhar para atuar. Porque sempre as mulheres estão na situação de ajudar. Primeiro em casa contribuem para a família através do pai, depois contribuem através do marido e assim vão até o fim da vida.

"E as crianças? Ora, as crianças devem ir para as creches que o governo do povo construa, porém quem deve administrar estas creches devem ser as mães e não o Estado. Ele só deve ajudar. Se as mulheres já estivessem mais unidas seria mais fácil encontrar as soluções que precisamos urgentemente. Mas elas estão divididas: algumas trabalham, ajudam, vão às reuniões, se interessam. Outras atrapalham, tem medo de ir a reuniões, têm medo de falar, ficam quietas e não dão opiniões.

"Aqui em Monte do Trigo somos 236 mulheres e 301 homens. Todas as semanas o sindicato convoca uma reunião só para as mulheres. Nesta ocasião, fazemos a distribuição do trabalho semanal ou sorteo, ou seja: se temos trabalho apenas para cinquenta mulheres, as outras ficarão à espera da outra semana. Quando ficamos grávidas, atualmente podemos pegar descanço um mês antes e ficar em casa até dois meses após o parto. Um dos graves problemas que impedem a nossa mulher de caminhar para diante é que a maioria não sabe ler nem escrever. Então é preciso educá-las e dar instrução política, porque não podemos ficar esperando pelos homens. Eles nem sequer conseguem ajudar nas tarefas domésticas. Os mais moços dos tempos modernos já ajudam alguma coisa, mas os mais velhos, os formados nos tempos do fascismo, não levantam uma palha como o meu marido. E para a mulher compreender que os homens, e elas são iguais precisamos acabar com os choramingos que escutamos: "mas acontece que eu sou mulher", "eu gostaria de ir às reuniões do sindicato, mas meu marido não deixa", "eu tenho medo de dizer o que eu penso"... e tantas outras coisas que não podem ser boas porque as mulheres sofrem e trabalham ainda mais que os homens.

"Eu não sinto nenhuma diferença entre os homens e eu. Na verdade, nunca fui diretamente discriminada porque sempre dei o respeito. Meu pai nunca se opôs aos meus atos e meu marido não se mete na minha revolução".

UM LUGAR PARA A MULHER

“Os debates mais lúcidos a respeito da situação da mulher não separam a emancipação feminina da conquista de uma nova ordem social. A luta da mulher por uma participação mais ampla faz parte de um processo global de reordenação das relações sócio políticas”.

A atuação da mulher ainda é uma decorrência do processo histórico

“A experiência feminina no trabalho nos interessa na medida em que permite questões referentes à situação da mulher na produção e à prática sócio-política advinda de sua condição de mulher trabalhadora”. Trecho do trabalho apresentado à SBPC pela socióloga da Unicamp, Mônica S. Leite de Barros. A tese faz parte de um projeto de pesquisa sobre as condições concretas de participação política e social que se apresentam à mulher, e das formas que assumem suas tentativas de participação. Mônica ressalta, no entanto, que os debates mais lúcidos “a respeito da situação da mulher, não separam a emancipação feminina da conquista de uma nova ordem social”, e entende a luta da mulher por uma participação social mais ampla, “como parte de um processo global de reordenação das relações sócio-políticas”.

É a participação da mulher no trabalho (vista por Mônica como um dos requisitos para uma atuação social mais ampla) assume duas dimensões: a mulher é parte da mão-de-obra de reserva, à disposição do sistema capitalista. Por outro lado, a aparente leveza do trabalho feminino nas fábricas é a maior alegação do capitalismo, ao utilizar o trabalho da mulher e das crianças.

Outra dimensão contraditória da presença da mulher no mercado de trabalho “refere-se à queda do preço da força de trabalho, com o aumento da oferta de mão-de-obra disponível, paradoxal a conversão da mulher em trabalhadora e sustento da casa”.

Dentro da perspectiva da experiência feminina no trabalho, Mônica Leite realizou um estudo sobre a operária e suas formas de participação, observando indicações históricas em torno das tentativas de organização sindical desse setor. Além do percentual feminino no contingente

operário, o objetivo da pesquisa foi o de caracterizar as ocupações e condições de trabalho da mulher, estendendo-se estas últimas, quando possível, ao operariado. Considerando a unidade da mulher trabalhadora e a dinâmica das manifestações operárias, Mônica questiona o papel da mulher como participante ativa. E ao enfatizar momentos de participação feminina no movimento operário, e no mercado de trabalho, a socióloga conclui que não eram poucas as dificuldades e barreiras na participação da mulher na luta operária, como, de resto, não eram poucas as dificuldades da classe operária de modo geral.

Na tese, há uma citação do manifesto das costureiras (1906) de São Paulo: “não devemos, porém esperar que nos concedam o que nos pertence quando lhes agrada. Devemos tomá-lo por nossas próprias mãos, pois temos o direito e o poder de o fazer”.

A mulher é vítima do machismo?

Mary Drumond, da Faculdade de Araraquara, analisa em seu trabalho à SBPC, as relações de produção, de poder, de controle, e dominação sobre a mulher na sociedade e o papel mediador que o homem desempenha nesse processo. Examina as manifestações do machismo - definido como “um ideal a ser atingido por todos os homens” - frisando que a ideologia dominante marca a mulher com certos atributos que anulam sua identidade e que a levam a ser excluída das principais oportunidades sociais, embora ela esteja fixada ao aparelho de produção através de formas institucionais.

Segundo Mary, “o machismo se manifesta pela valorização da coragem, autoritarismo, pretensão superioridade biológica, intelectual e cultural do homem, e na medida em que ele absorve essas idéias submete-se às regras de ordem estabelecida, assegurando a hegemonia de uma classe sobre outra e dando força ao sistema”. Mas a mulher é também representada nesse quadro de valores do machismo. A ideologia da feminilidade prega: a mulher é frágil, inocente, submissa, carente de proteção, etc. Mary refere-se ainda aos “desvios” dos padrões se-

xuais e seu estigma: “a mulher com papel mais ativo na sociedade é vista com estranheza”, e por essas e outras muitas vezes assume posição conformista, negando sua força. Isso ocorre com muito mais frequência nas classes médias urbanas, quando as mulheres não aceitam competição com seu companheiro para continuarem “femininas” e não perdê-lo, abstenendo-se de se desenvolverem como força de trabalho. E assume papéis definidos pelo machismo: “tem” que ter charme, “deve” ser venerada porque é mãe.

Por sua vez, o homem, na crença de sua superioridade sobre a companheira, assume relações de poder, considerando-se o natural guardião da mulher e sentindo-se “obrigado” a sustentá-la. Mary constata, afinal, que nos grandes centros urbanos, começa a haver uma recusa por parte da mulher, às instituições tradicionalmente disciplinadoras como matrimônio, família, empregos “exclusivamente” femininos, etc. Algumas levantam, sozinhas, sua bandeira de libertação. Outras descobrem movimentos femininos (ou mesmo feministas) aos quais se integram e passam a uma participação maior.

Mulher paulista: atitudes contraditórias

Mesmo sendo a mais esclarecida culturalmente, a mulher paulista continua agindo dentro das formas tradicionais em que foi condicionada, sem ousar participar ativamente das novas concepções de vida a que se propõem. Essa foi uma das conclusões apresentadas no estudo feito por Maria Luiza Kaiat Eluf, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e apresentado à SBPC.

Os resultados da pesquisa - realizada entre as participantes do encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, em outubro do ano passado - mostraram que, apesar de predispostas a uma participação ativa na vida prática, na superação de barreiras pessoais e mesmo de preconceitos sociais, as mulheres sentem dificuldades de transmitir esses elementos do campo individual para o coletivo. Praticamente, conclui Maria Luiza, “não desenvolveram ainda a consciência de grupo”.

A pesquisa foi aplicada entre mulheres na faixa de 16 a 60 anos de idade de todos os níveis de escolaridade e faixas salariais entre quinhentos cruzeiros e três mil cruzeiros. E servindo-se do argumento da socióloga Carmem Barroso - de que as mulheres sofrem sérias consequências por não verem desenvolvidas suas capacidades potenciais - Maria Luiza analisou o comportamento da mulher paulista em diversas atuações: trabalho, assimilação cultural, desenvolvimento sexual, educação, papel social, e político. A maioria das respostas revelou um perfil da mulher cujas atitudes são por vezes, “incongruentes às suas próprias opiniões”. Contudo, a socióloga esclarece que as expectativas ante o resultado da investigação não se frustraram, diante da perspectiva da mulher universitária ou de atividades sociais dinâmicas, serem as precursoras de mudanças operadas sobre a dona-de-casa e a operária em seu comportamento numa sociedade em transformação.

Estes foram alguns dos trabalhos que envolveram a problemática feminina apresentados à 28ª reunião da SBPC em Brasília.

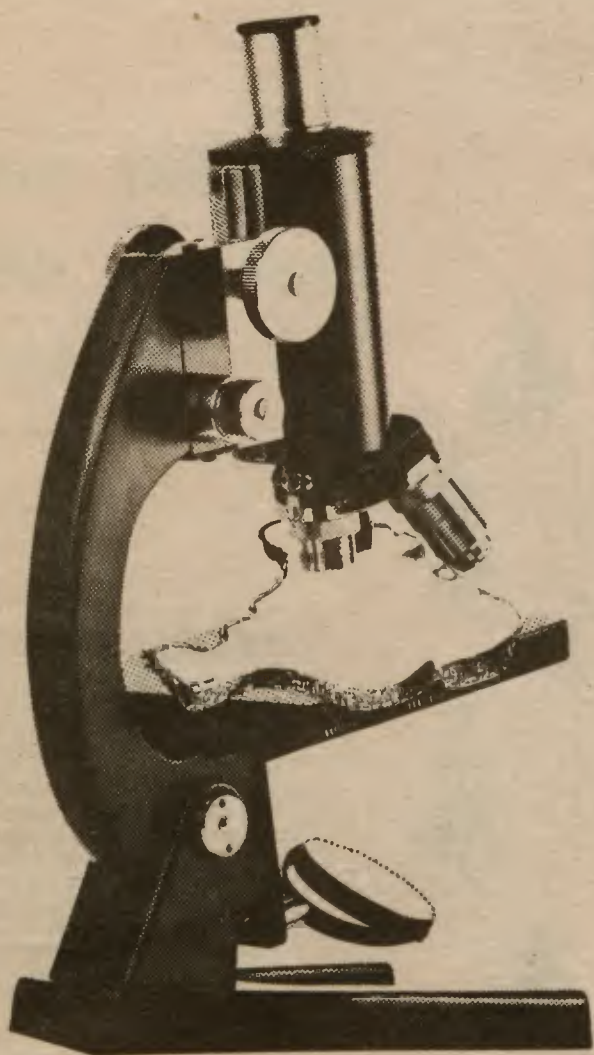
Saldo Geral da SBPC

Na busca de ampla representatividade, no caminho da expressão do pensamento científico brasileiro como um ato de identificação dos sintomas sociais brasileiros, a SBPC não realizou ao acaso sua 28ª reunião em Brasília. O próprio presidente da sociedade Oscar Sala, reitera essa posição ao afirmar que a reunião no Distrito Federal buscava significar uma aproximação maior entre cientistas e governo, ante a cabível proposta da análise de um mesmo cenário: o palco político-econômico-social brasileiro.

Mesmo a abstenção do corpo político brasileiro, pelo recesso do Congresso ou a ausência do presidente da República na abertura da reunião, não enfraqueceram seus objetivos, como explica Oscar Sala, “aqui todo mundo disse o que queria ninguém deixou de ser ouvido”.

Com isso vai se firmando a posição de uma ciência dirigida entre a liberdade de seu desenvolvimento como tal, no ato de criar, e os reflexos alternativos da sociedade em que se aplica.





"A prática da ciência me parece exigir notável coragem(...) Ela negocia com o saber obtido através da dúvida. Arranjando saber a respeito de tudo para todos, ela procura fazer com que todos duvidem. Ora, maior parte da população é conservada pelos seus príncipes, donos da terra e poder, e numa neblina banciante de superstições e palavras velhas, que encobre as maquinações dessa gente. A miséria de muitos é velha como as montanhas, e segundo os púlpitos e as cátedras, ela é indestrutível, como as montanhas..."

Bertold Brecht "Galileu Galilei"

Trecho do texto simbólico escolhido pela SBPC para divulgação do encontro em Brasília.

As muitas maneiras de dizer a verdade

Para o pedreiro João Nazaro Freitas, morador em Taguatinga (a 36 quilômetros do centro de Brasília) e empregado na Universidade de Brasília há cinco anos, a semana de 7 a 14 de julho correu como todas as outras: João trabalhou na impermeabilização das valas do grande jardim próximo aos laboratórios, distante alguns metros do local onde cerca de sete mil pessoas (cientistas, estudantes, jornalista e observadores) participavam do 28º Simpósio da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), quando - ao contrário do Simpósio anterior - predominou o tom político nos debates sobre os temas ligados à vida nacional.

- O senhor sabe por que essa movimentação na Universidade?

- Sei não...

- É um congresso.

- Já sei, congresso de café. (Ele se referia ao stand do IBC, onde se servia café gratuitamente).

- O senhor sabe que eles estão discutindo como melhorar o nível de vida?

- Tudo que vem prá melhora do operário, é bom.

- Acha que eles resolvem isso?

- A solução depende da força de vontade de todos. Não acho que eles resolvem, não.

Para João Nazaro, ciência "é de onde as coisas parte. Só sabe ciência quem tem grau elevado". E embora João ache que "eles não resolvem", segundo Rose Marie Muraro, do Centro Brasileiro da Mulher, "os cientistas encontraram saídas originais para a tecnologia e o pensamento brasileiros, desde a libertação da importação de adubos até a criação de novas metodologias em Ciências Sociais". Na maioria dos simpósios e comunicações, o interesse sobre problemas brasileiros e o fato de se poder discutí-los, deram margem a ricas reflexões sobre o papel da SBPC: "Essas reuniões provam que se pode reunir milhares de pessoas e discutir nossos problemas, sem que com isso se ameace a ordem constituída", observou um estudante de Economia durante os debates sobre o Nordeste. Depois de assistir à mesa redonda sobre "Brasil Indígena", uma socióloga dizia que "debates como este deviam fazer parte do

nosso cotidiano, na rua, na universidade, no local de trabalho. A SBPC está canalizando o papel que deveria caber ao Senado, Câmara, aos sindicatos".

Um aspecto que levantou polêmicas: "quanto brasileira é a ciência e a que comunidade ela serve", mencionado por Renato Sergio Cordeiro, coordenador da Comissão Executiva da SBPC, durante seu discurso de abertura dos trabalhos. "Quatro problemas devem merecer nossa atenção: Um questionamento acerca da existência, real ou potencial, de uma tecnologia e de uma Ciência com contribuições brasileiras; um questionamento sobre o uso da Ciência e da Tecnologia; questionamento sobre a integração do diálogo científico no âmbito do território nacional; e, finalmente, um questionamento sobre a integração do debate científico no próprio território da Ciência, isto é, no âmbito da universidade e da academia". Na verdade, a relação entre qualidade de vida e ciência não preocupou somente os cientistas sociais, mas de modo geral, nas áreas das Ciências exatas esta preocupação esteve presente. Brasil Mulher selecionou alguns dos depoimentos, teses e simpósios mais polêmicos da 28ª reunião da SBPC.

Corações e cérebros

No campo da energia nuclear, o professor João André Guillaumme, em nome dos Físicos, expressou sua preocupação: "Até que ponto a compra dos oito reatores nucleares que o Brasil acaba de fazer, não foi resultado de pressões econômicas de grupos alemães? Até onde o governo brasileiro suportou essa pressão em função de seus problemas econômicos? É a primeira vez que um país "emergente" financia pesquisas a um país desenvolvido, uma vez que o Brasil entra com 50% dos custos de todas as pesquisas a serem feitas na Alemanha. "A formação de técnicos também mereceu críticas do professor Guillaumme": O número de técnicos que se pretende formar é insuficiente para que o país participe de um processo de inovação tecnológica. Temos necessidade de 16 mil técnicos, mas o governo

(segundo o ministro Reis Velloso, em seu discurso na SBPC) aplicará até 1985, dois bilhões de cruzeiros para a formação de 10 mil técnicos". Máquinas e prédios, disse Guillaumme, não fazem pesquisa. Só o homem de primeira qualidade é que o faz. Os cérebros, como os corações, procuram ambientes em que são bem tratados".

Sobre estatização - Três equívocos em relação à estatização foram desmistificados pela SBPC. O primeiro: a estatização "não passa de um falso debate". O professor Carlos Estevam Martins explicou que tal afirmação "não passa de uma manobra das elites para não incluir o povo no debate". O segundo equívoco: "a estatização leva ao autoritarismo e vice-versa". Para Martins "essa versão privilegia situações históricas em que autoritarismo e estatização caminharam juntas, mas esquece outras em que se apresentaram dissociadas", e dá o exemplo de Getúlio Vargas na criação da Petrobrás. Terceiro equívoco: o controle das empresas do Estado por setores fora do sistema governamental. Martins também refuta isso: "Ao contrário, o controle público deveria se estender a toda a vida econômica. É um absurdo dizer-se que a estatização é uma "subversão", como se o governo fosse "subversivo".

As multinacionais - "Geram endividamento externo, impingem um consumismo impróprio aos países pobres, contribuem para reforçar a desigualdade na repartição da renda, requerem mercados de renda alta, poluem o ambiente e devastam recursos não-renováveis", afirmou o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. E apontou, como alternativa, "a redemocratização do país, quando o controle sobre as multinacionais seria exercido não apenas pelo governo, mas por órgãos de representação popular, partidos políticos, sindicatos e ministério público".

Patrão, o trem atrasou - foi o tema da tese sobre transportes coletivos. Segundo o professor José Alvaro Moisés, da Universidade de São Paulo, "a falta de canais por onde a classe operária possa conduzir sua insatisfação é responsável pelas depredações de trens suburbanos e de ônibus, no momento em que o modelo econômico atinge o ponto limite suportável

por essas camadas". A explosão das massas é atribuída, segundo Moisés, "à contínua deterioração das condições de subsistência, da qual a calamidade dos transportes coletivos suburbanos é só um fator a mais", e conclui: "o Estado poderia satisfazer as reivindicações colocadas, mas para isso teria de alterar radicalmente a lógica do atual modelo de desenvolvimento".

Medicina sem ética - "No Brasil se investe muito para curar uns poucos. Apesar de possuir uma das piores situações médicas do mundo, o Brasil tem uma despesa de saúde "per capita" muito elevada e o que ocorre é que essa despesa é concentrada em uma parcela muito pequena da população, exatamente aquela que tem recursos, para pagar bons médicos". Essas foram algumas das conclusões que o professor Emmanuel de Kadt, da Universidade de Sussex (Inglaterra), apresentou na SBPC. Ao final de sua exposição, ele reconheceu que a "classe médica no Brasil passa por uma fase que não pode ser desvinculada do poder econômico brasileiro, ao se exigir a identificação da classe social do doente para depois disso, medicá-lo. O Brasil é o extremo da falta de ética médica", concluiu Kadt.

Nordeste - "Ná crescimento no Nordeste. Mas para quem?" Pergunta formulada por Fernando Henrique Cardoso, após uma exposição (em que as estatísticas estiveram muito presentes) feita pelo assessor da Secretaria de Planejamento. O sociólogo voltou a insistir na necessidade de uma democracia real e substantiva, para qualquer solução dos problemas do país.

E São Paulo? - O superintendente da CETESB (Companhia Estadual de Saneamento Básico), Max Veit, afirmou: "Não existe contradição entre crescimento econômico e proteção ao meio-ambiente, embora muitos queiram fazer crer que o desenvolvimento de um, sempre se faz às custas do outro". O superintendente comentou: "em certos recantos do país, a industrialização é solicitada, mesmo à custa da destruição de recursos, pois a poluição da pobreza é mais sentida. Fábricas de papel, por exemplo, são bem-vindas não obstante seus custos elevados e o sacrifício de recursos hídricos".



Durante a Assembléia do Custo de Vida, que reuniu aproximadamente 4 mil pessoas, no dia 20 de junho passado, em um colégio de Santo Amaro, as mulheres residentes na periferia de São Paulo propuseram a organização de cooperativas de consumo e centrais de abastecimento da prefeitura nos bairros distantes, como uma das medidas para diminuir o preço dos gêneros de primeira necessidade e beneficiar a população desses bairros, cuja maioria vive de salário mínimo. Segundo as donas de casa, falta nesses bairros um sistema de abastecimento que forneça alimentos de qualidade e baratos.

A alta do custo de vida é uma preocupação constante para toda a população, levando alguns grupos a se organizarem para diminuir as despesas com os artigos de consumo.

Compras Comunitárias

Na Zona Leste da Capital de São Paulo, região tipicamente operária, vários grupos de aproximadamente 20 famílias praticam o sistema de compras comunitárias. Este sistema consiste no seguinte: elege-se uma comissão entre os próprios integrantes do grupo, por um tempo determinado; essa comissão encarrega-se de receber a lista de compra mensal de cada família do grupo, no último fim-de-semana do mês. A comissão efetua, então, as compras e faz a partilha de acordo com a lista. Todos pagam no ato da entrega e, segundo Alcides integrante de um dos grupos, "com este sistema todos fazem economia porque nós compramos de atacadistas".

Este não deixa de ser um sistema cooperativo, uma vez que a comissão é eleita por um tempo determinado fazendo com que todos os integrantes do grupo contribuam com o seu trabalho. Entre eles há a ideia de se organizar uma cooperativa de consumo que favoreceria não só um grupo de famílias, mas toda a região.

Cooperativa de Consumo

No Brasil, o interesse pelo movimento cooperativista começou em fins do século XIX e início deste século, copiado dos modelos europeus. Várias cooperativas surgiram; algumas tiveram êxito, mas outras fracassaram devido ao desvirtuamento dos princípios do cooperativismo.

Entre as bem sucedidas está a Cooperativa de Consumo São Paulo Ltda. fundada há 23 anos. Seu objetivo fundamental é facilitar a aquisição de toda espécie de

utilidades aos seus associados, abolindo o lucro e eliminando intermediários; defende os interesses da classe consumidora e promove o espírito de solidariedade entre os associados. Ao preço de custo acrescenta uma taxa média de 10% para cobrir as despesas de manutenção. "É uma cooperativa que segue os princípios surgidos em meados do século XIX, com os pioneiros do cooperativismo moderno em Rochdale, pequena cidade da Inglaterra. É aberta a todos os interessados que a ela se queira associar, sem distinção nenhuma", explica o professor Theodoro Henriques Maurer Jr., presidente desde o início e autor do livro *O Cooperativismo - Uma Economia Humana* (Imprensa Metodista, 1966).

Esta cooperativa é dirigida e fiscalizada pelo Conselho de Administração, eleito a cada três anos, formado pelo presidente, vice-presidente, três secretários e quatro vogais, e pelo Conselho Fiscal, eleito anualmente, e constituído por três elementos efetivos e três suplentes. Todos estes cargos eletivos são puramente honoríficos, isto é, não são remunerados.

Concorrência dos supermercados

Atualmente, fiscais e dirigentes têm se reunido todas as semanas. "Estamos desenvolvendo um trabalho de consolidação da cooperativa", afirma o pro-

fessor Maurer. Ele explica que está tendo dificuldades com o consumidor que "não tem consciência para obter resultados, por não entender que usando a cooperativa ela se torna mais forte, isto é, a cooperativa depende diretamente do número de pessoas que compram nela, porque quanto maior for a quantidade comprada, mais o atacadista ou o produtor reduz o preço e, conseqüentemente, a cooperativa pode vender mais barato".

A cooperativa conta com mais de 10.000 associados, mas nem todos compram lá, ou porque preferem comprar num supermercado que vende a preços competitivos, ou porque moram muito longe. "Alguns produtos são mais caros do que em supermercados, porque estes podem comprar em grandes quantidades, mas na média fica mais barato", explica o sr. Yamashita, gerente do Posto da Cooperativa, da rua Bela Cintra. Ele esclarece também que para os cooperados que moram longe deste posto, ou do posto de abastecimento da av. Imperatriz Leopoldina, na Lapa, existe o serviço de entrega a domicílio, cada dia da semana em uma região diferente, e o pedido pode ser feito pelo telefone ou pelo Correio. "Se todos os associados comprassem da Cooperativa possibilitaria a comprar diretamente na fonte, eliminando intermediários. Há produtos que passam por até dez intermediários antes de chegar ao consumidor", afirma o professor Maurer.

Atualmente, várias cooperativas se unem em federações para produzir suas próprias mercadorias. São as cooperativas de produção ligadas às de consumo, garantindo a qualidade dos produtos, e são bastante comuns nos países essencialmente cooperativistas como a Suécia, Noruega, Finlândia, Dinamarca, Inglaterra e outros.

Há aproximadamente 8 anos, as cooperativas de consumo passaram por uma crise ocasionada pela expansão das redes de supermercados nas cidades. Mesmo a Cooperativa de Consumo São Paulo enfraqueceu nessa época, pois aliada à concorrência dos supermercados, ocorreu o falecimento de um de seus gerentes que "era um verdadeiro herói do cooperativismo", lembra o seu presidente.

Perspectivas de ampliação

"Podemos estudar a possibilidade de criar alguns postos de abastecimento na periferia", diz o professor Maurer, mas como a maioria da população que ali reside não tem meios para subscrever o capital para entrar como associado (Cr\$ 300,00, pagável em até 10 prestações mensais, isto é, Cr\$ 30,00 por mês), teriam "um acréscimo de 2% a 3% sobre o valor de cada compra para a realização do capital. Não fossem as medidas restriti-

vas da época de Delfin Netto, (pagamento de impostos comerciais, extinção das cooperativas de crédito popular, etc.), as cooperativas contariam com mais recursos financeiros para a sua consolidação e ampliação de serviços".

O professor Maurer é de opinião que, "o imposto pago pelos comerciantes sobre o valor das mercadorias vendidas não deve ser pago pelas cooperativas. A cooperativa não vende, fornece; legalmente, não pode estar sujeita a impostos comerciais. A Justiça está agora para decidir se as cooperativas continuam pagando, ou não".

Além dos dois postos com artigos de consumo variados, a Cooperativa de Consumo São Paulo conta ainda com um setor de autofinanciamento que funciona junto ao escritório.

Existem outros tipos de cooperativa de consumo: são as cooperativas de classe, ligadas à grandes indústrias, autarquias e repartições públicas (Rhodia, Volkswagen, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Palácio da Justiça, INPS, DNER, etc.), que vendem somente aos seus funcionários, ou ainda as cooperativas mistas, como é o caso da Cooperativa Mista dos Trabalhadores da Grande São Paulo, com sede em Osasco, município vizinho da capital paulista. Esta era vinculada a uma indústria, mas atualmente é independente e administrada por trabalhadores. Conta com 5.000 associados que pertencem a empresas diferentes com as quais a Cooperativa mantém convênio. O valor das compras efetuadas é descontada em folha de pagamento, 30 a 45 dias após a data da compra.

O ferramenteiro Norvindo Marques da Silva atual presidente da Coopergran em recente entrevista ao *Jornal Movimento* (nº 57) declarou:

"A cooperativa leva muitas vantagens sobre a maioria das organizações porque junta os objetivos comuns de um grupo e é uma instituição das mais democráticas: um homem, um voto. O capital não tem valor para efeito de domínio político. O homem tem seu valor porque representa seu voto. Só dessa forma é possível fazer uma cooperativa que realmente defenda os interesses de seus associados, a grande força tem que vir das bases, de cada membro, e não ter decisões impostas de cima. Aqui na Coopergran quem tem a autoridade máxima é a assembléia geral. É ela que elege os representantes para o Conselho Fiscal, quem elege a Diretoria e quem determina quais os diretores que deverão desligar-se da fábrica para trabalhar exclusivamente na cooperativa e ficar recebendo o mesmo salário que recebiam na fábrica. No meu caso ganho o mesmo salário que ganha um ferramenteiro da Cobrasma".

Nova tática torna censura obsoleta

O projeto de lei que regulamenta a profissão de artista foi encaminhado ao Congresso no dia 22 de julho, com prazo para tramitação de 40 dias que, conforme declarou o Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto, foi elaborado com sugestões apresentadas "no confronto artista-empregador". Entretanto a classe artística discordou dos termos propostos e reuniu-se em assembléia - Rio e São Paulo -, encaminhando aos senadores e deputados uma carta de repúdio, onde deixam claro que este projeto de lei é verdadeiramente um ato de terrorismo contra os artistas e, obviamente, contra a arte cultural (desde muitos sofrendo violações).

No dia 2 de agosto, o Governo retirou o projeto de lei enviado ao Congresso Nacional, permitindo a tramitação separada nas duas casas - 40 dias em cada e mais 10 dias para possíveis emendas. Essa medida foi a única atitude do Governo, que, através do General Golbery do Couto e Silva, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, concedeu prazo maior que o já determinado para, talvez, ouvir os artistas.

Alguns pontos essenciais, mostram a nova tática de extermínio da arte, através da **condição do artista**, pois convenhamos que os dois, em princípio, são uma só coisa, se entendermos o artista como homem e trabalhador, que vive de sua expressão criativa. Portanto, nada mais apropriado e justificado que o Ministério do Trabalho, pseudo campo neutro das relações artísticas, até então "cuidadas" pelos Ministérios da Educação e Cultura e da Justiça para executar a nova proposta estratégica (o primeiro "cuidando" da estética e o outro da Segurança Nacional, segundo palavras do exímio homem de cultura, General Ney Braga). Mas examinemos alguns desses pontos significativos:

1- Será criado o Confate (mais uma sigla sinistra) ou Conselho Federal de Artistas e Técnicos em Espetáculos com cabeças regionais, anulando os órgãos de classe já existentes e regulamentos pelas leis do País. As pendências entre artistas e Confate serão encaminhadas ao Ministério do Trabalho, que dará a palavra final. Quem dirigirá o Confate? - ousamos perguntar, sabendo que no Ministério estará um técnico que, provavelmente, não saberá a diferença entre bastidor e gambiarra, ou entre Ibsen e Brecht. Portanto...

2- É proibido improvisar, acrescentar vírgulas, dois pontos etc. O texto será dito tal e qual deseje o empregador que, por exemplo, poderá ser um "big" internacional e não um colega-artista como afirmou a arenista Lygia Bastos Lessa, ao concluir que artistas empregam artistas e, obviamente, as sanções previstas, como cassação de carteira profissional, não serão aplicadas, malgrado a existência da lei punitiva. Portanto...

3- O projeto dá possibilidade ao empregador de cortar o vínculo trabalhista quando lhe for conveniente. Portanto...

4- Não há determinações no projeto quanto à duração da jornada de trabalho, salário-mínimo da profissão e omite-se quanto a previdência social (um dos mais graves problemas da classe). Portanto...

5- Admite a cessão dos direitos relativos à gravação, reprodução, ou retransmissão do trabalho profissional. Portanto...

6- Não estipula para o registro profissional nenhuma formação especializada e admite a atividade de "trabalhadores eventuais" sem registro profissional. Portanto...

7- Proíbe atividade dos artistas em locais que apresentem riscos à sua integridade física e moral, proibindo ainda a prorrogação do horário de trabalho em locais perigosos. Portanto...

Mais uma vez fica provado que "há algo de podre no Reino da Dinamarca".



Livro

uma arma que se desdobra

"Precisamos penetrar em todos os meios de comunicação e informação, como a TV, cinema, rádio e outros canais. A nossa casa de edição é o veículo que oferecemos às nossas companheiras para que possam falar".

"Existimos há dois anos. Nossa primeira publicação foi L'Age de Femme - Idade da Mulher - de Juliet Michell e Une Femme - Uma Mulher, de Sibilla Aleramo".

Depois, as publicações foram acontecendo sempre em número crescente de títulos e de tiragem. Só o jornal Cotidiano das Mulheres alcançou, na sua primeira tiragem, 120 mil exemplares e atualmente tem uma tiragem regular de 65 mil números mensais. A Edição das Mulheres é, hoje em dia, a casa editora mais discutida na Europa, pela inovação no campo editorial e também pela sua organização econômica. Lá, a gerência cooperativa é das mulheres que buscam "a expressão feminina através da linguagem escrita por mulheres, em qualquer parte do mundo."

"Nos interessa sem dúvida - responde uma das líderes da Edição à primeira pergunta do BM - conhecer o que vocês fazem no Brasil. Veja, estamos ligadas a um grande número de mulheres, seja coletivamente ou, individualmente de várias partes do mundo. Nós publicamos textos, documentos críticos, ensaios e ficção, além disso nosso jornal recebe qualquer colaboração de qualquer parte, denunciando arbitrariedades e opressões causadas às mulheres. Fizemos um número especial de nosso jornal com o título de *Jornal e Cartas de Prisão*", ao mesmo tempo que promovemos uma marcha de centenas de mulheres até a fronteira espanhola em defesa da vida de Eva Forest presa arbitrariamente pela polícia franquista. Publicamos também, o livro de Eva "Diário e Cartas do Cárcere" (NR - a entrevista foi realizada antes da anistia concedida pelo Rei Juan Carlos).

BM - Qual a relação que existe entre a Edição das Mulheres e o Movimento Feminista Francês? Edição das Mulheres - Na França, depois de 1968, foi iniciado um movimento feminista com bases no movimento norte-americano e que visava apenas a conquista do poder pelas mulheres, sem modificar as estruturas que as oprimem comprovadamente. Quando descobrimos que este não era o caminho, começamos um movimento para combater as causas, tentando criar outras condições que não sejam opressivas e não só para as mulheres, compreendemos que não queríamos opressão para ninguém. O Movimento Frances foi então cindido em vários grupos que atuam diferentemente e que tem divergências entre si.

BM - Os vários grupos estão organizados dentro de modelos partidários? Como atuam? Edição das Mulheres - Não estamos organizadas numa estrutura partidária e nem nos filiamos a partido políticos, coletivamente. Quando existe filiação é individual. O Movimento de Liberação da Mulher Francesa não tem vida jurídica. Tem, e isto é que é importante, uma vida política.

BM - Qual a posição da Edição das Mulheres com relação ao movimento político partidário francês? Edição da Mulher - Nós somos autônomas. Não queremos nos filiar a partidos de direita, ou de esquerda. Na verdade, estamos discutindo as estrutu-

ras partidárias que não permitem a participação da mulher, mesmo quando os partidos são progressistas. As hierarquias partidárias excluem a participação feminina.

BM - Por que o grupo da Edição escolheu o livro para trabalhar pela libertação da mulher?

Edição das Mulheres - Entendemos que o livro é o que concentra maior poder simbólico. Primeira-mente a luta das mulheres é na dimensão ideológica, ou seja, na dimensão da mentalidade. Então, nós precisamos penetrar em todos os meios de comunicação e informação como a TV, cinema, rádio e outros canais. A nossa caça de edição é o veículo que oferecemos às mulheres nossas companheiras para que possam falar. Nossa livraria é também um lugar de encontro. O livro não é nossa luta; é apenas uma arma que está a nosso alcance nesse momento. O livro é uma arma que se desdobra, como já foi possível provar.

BM - Quantos títulos vocês já publicaram? Edição das Mulheres - Mais ou menos 32. Com uma média de 10 mil exemplares por livro. Porém existem livros, como *Du Côté des Petites Filles* ensaio de Elena Gianni Belotti sobre educação das meninas e que já chegou a uma tiragem de 40 mil exemplares, somente através de nossa casa editora.

A nossa experiência leva mais mulheres a escreverem mandarem seus manuscritos. É importante que a mulher escreva sua experiência para deixar alguma coisa gravada dessa nossa fase histórica. Estamos interessadas em encontrar a linguagem própria das mulheres. Outra particularidade de nosso grupo é divulgar a relação das filhas com as mães, porque esse assunto é tabu e censurado. Uma de nossas publicações é a respeito dessa relação: *Maman baise moi encare*, livro não assinado que leva o pseudônimo de Igrecque.

BM - E o dinheiro para esses empreendimentos? Edição das Mulheres - Algumas mulheres possuem bastante dinheiro e interessadas em redistribuir o que tem, para o bem de todas, colocaram-se à disposição do grupo. Cada uma trouxe suas economias evitando o pedido de verbas às instituições. O desenvolvimento de nossos negócios se faz com a própria venda dos livros.

BM - Existem mulheres assalariadas trabalhando na Edição das Mulheres?

Edição das Mulheres - Geralmente as mulheres trabalham pelo tempo que desejarem, ou que puderem. De outro lado, temos mulheres que trabalham todos os dias, mantendo o funcionamento diário da livraria e da editoria. Estas recebem uma quantia mensal que foi estipulada, segundo as necessidades pessoais. Assim, quem não tem filhos recebe mais de quem não os tem. Outros encargos, também, são contados para a distribuição dos "salários".

O endereço da Edição das Mulheres é:

Librairies des Femmes, 68 rue des Saints - Peres - 75007 Paris - França



BRASIL CORREIO

BRASIL/ CORREIO é uma seção de debates dentro do B.M. As mais diversas opiniões recebidas, através de cartas, serão transcritas para a apreciação de nossos leitores e leitoras. As respostas de apoio ou crítica deverão ser encaminhadas para Caixa Postal 1411 - Cod. Postal 86100 - Londrina - Pr. - Essa colaboração é de grande importância para o jornal como forma de avaliação de nosso trabalho e fonte de indicação dos objetivos prioritários na tarefa de conscientizar e promover a participação da mulher.

Nas bancas mais um tablóide que deve ser adquirido especialmente por mulheres. Com vinte páginas o jornal "Nós Mulheres" em seu primeiro número financiado pela atriz Ruth Escobar se apresenta como um órgão feminista que abordando os problemas específicos da mulher pretende fazer de suas páginas um local para discussão e busca de soluções, já que, conforme o editorial "são poucas as tribunas democráticas que a mulher (e não só a mulher) encontra hoje em dia..."

Na estreia ao preço de 5 cruzeiros, a redação, composta por 30 elementos todos mulheres, oferece temas como o controle da natalidade, depoimentos de mulheres operárias sobre sua vida e seu trabalho, mulheres empregadas domésticas, os problemas da mulher negra no Brasil, salário mínimo e, até uma fotonovela cujo enredo fica a cargo da imaginação do leitor, no caso, da leitora.

A tiragem inicial foi de 10 mil exemplares distribuídos com a intenção de criar uma tribuna aberta. No editorial, onde são citados os fatores condicionantes que levam as mulheres a serem "oprimidas porque são mulheres" ficam claras ainda as idéias que originaram o jornal: "achamos que nós mulheres devemos lutar para que possamos nos preparar tanto quanto os homens para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito de realização. Para que ganhemos salários iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres".

Com um ano de circulação, A Ilha é o jornal tablóide mensal de São Luiz, Maranhão, editado por Paulo Detoni.

No número recebido pelo BM, Edmilson S. Costa escreve sobre movimentos feministas destacando que é bom distinguir a verdadeira luta da mulher de alguns movimentos de madames ociosas e exibicionistas da classe média e burguesa, que para esparar o tédio de suas vidas vazias e confundir e dividir o movimento feminista, queimam sutiãs nas ruas e proclamam o homem como seu principal inimigo, quando na verdade a luta da mulher não é contra o homem em si, mas contra uma estrutura que aprofunda a discriminação feminina.

O jornal apresenta também uma entrevista com Mario Murici, gaúcho de Cruz Alta, que há três anos convive com os índios Guajajaras, na região do Grajau. Na opinião de Mario o índio é um forte, que se recolhe nas matas para não acabar logo.

Poesias sem idade

"Um dia Janaina foi obrigada a viver longe dos pais por longos meses, então aos oito anos encontrou na poesia a expressão para sua dor. "Dói Nós Viver" é introduzida de forma alegre como Janaina faz quando encontra os amigos. Depois, ela mostra toda a dor que sente na separação e na busca, dentro de si mesmo, das pessoas amadas".

(A mãe de Janaina)

"Dói
gostar
dos
outros"

Oi! vocês todos!
Boa tarde para todos!
E um viva para todos!
Uns versos vou escrever.
Vou começar... atenção
Prestem atenção.
Dói o peito chorar,
Dói nós chorar
Dói os seus olhos chorarem
Dói nós viver,
Dói ver os outros chorarem,
Dói a natureza chorar,
Dói gostar dos outros,
Dói cair uma pedra no seu pé.
Dói falar tchau, amigos.

Janaina

Nunca
o amor
foi
tão breve

Nunca o amor foi tão breve
nem a esperança tão rala
o corpo tão humilhado
e tão distante a alma
a mentira vestiu painéis
nas vitrines
entrou na rádio, nas casas
nas redações escolares
e nas revistas do armário
nunca o desencanto cefou tanto
nem a tristeza esteve tão forte
o beijo não era esse esforço
as estações não ficavam doentes
o tempo em que nasci
é de arrepiar os cabelos
nascer, foi só o que fiz
e nunca foi tão caro

Nel Duclós



Balada da Mãe do Preso

As mães dos presos são fortes.
Sonham sonhos cor de chumbo.
Com metálicas lembranças,
feitas de algemas e grades.
As mães dos presos são quietas,
nos jardins onde passavam
a solidão de seus dias.
Com a altivez de quem não teme
tantos cúmplices silêncios
e veladas ironias,

vão carregando nos ombros
a carga, que pesa tanto,
de um pranto que não se mostra.
Quando o mar lhes fere os olhos,
nas manhãs dilacerantes
de alegria desmedida,
as mães dos presos esperam...
As mães dos presos são mudas.

EDYLA MANGABEIRA UNGER

Cartas à redação

Oi publicitária do bairro de Boa Viagem, Recife, Pernambuco escreva com urgência para o B.M. Sua carta extraviou depois de termos lido. Aguardamos notícias.
SEDIPO - Recife - Pernambuco: Aguardamos material de vozes sobre a condição feminina no nordeste. Enviaremos, também, materiais. Obrigada.
Maria Helena Almeida - Ipanema - Rio - Cláudia Carvalho - Rio - Trevisan Tornabene - São Paulo - Tereza C. Albuquerque - Canadá: aguardem a remessa do BM.
Eraldo Cruz - Petropolis
Obrigado pelo estímulo. Mandaremos jornais na medida do possível.
Francisco - Santo André - São Paulo
Para voce a mesma resposta. Apreciaremos suas opiniões sobre o preço do jornal e a impossibilidade de compra por uma faixa social mais ampla. Mande sugestões.
Thais de Oliveira - Fortaleza - Ceará e Chiara Corbellotto - Milão - Itália - Estamos interessadas na troca de informação. Esperamos pela iniciativa de voces.

Como assinar Brasil Mulher

Para assinar BRASIL MULHER basta enviar seu nome e endereço, acompanhado de vale postal a favor da Sociedade Brasil Mulher no valor de 60,00 para assinatura anual ou de 30,00 para assinatura semestral, endereçado para SOCIEDADE BRASIL MULHER AV. INGLATERRA 655 - JERUMENHA - CÓDIGO POSTAL 86.100 LONDRINA PARANÁ.
EXTERIOR - VIA AÉREA - ANUAL US\$ 10,00
SEMESTRAL US\$ 5,00

Assine

Brasil Mulher

NOME
ENDEREÇO
PROFISSÃO

Observações que o leitor julgue interessante para o desenvolvimento da difusão do Brasil mulher em sua área